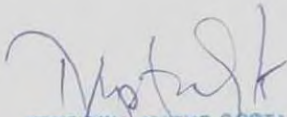


KELLY CRISTINA S. JACQUES DE FARIA

**TRABALHO E EMPREGO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO
PROJETO CENTRAL DE SERVIÇOS**


KRYSTYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-USC

Florianópolis, fevereiro de 2003.

KELLY CRISTINA S. JACQUES DE FARIA

**TRABALHO E EMPREGO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO
PROJETO CENTRAL DE SERVIÇOS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, orientado pela
Professora Rosana de Carvalho
Martinelli Freitas.

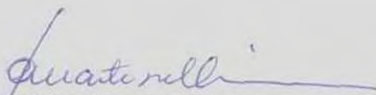
Florianópolis, fevereiro de 2003.

KELLY CRISTINA S. JACQUES DE FARIA

**TRABALHO E EMPREGO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO
PROJETO CENTRAL DE SERVIÇOS**

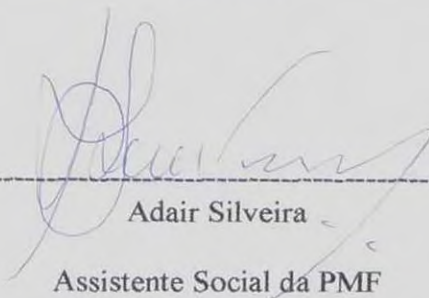
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA



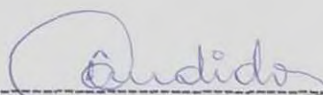
Professora Rosana de Carvalho Martinelli de Freitas

Presidente



Adair Silveira

Assistente Social da PMF



Ieda Maria Cândido

Educadora Social da PMF

Nota: Dez

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por esta oportunidade...

Aos meus pais Edeimar e Lenir, pelo apoio incondicional...

A meu esposo Izaias, por estar ao meu lado nesta caminhada...

A meu filho João Victor, por existir...

Aos meus irmãos Karen e Willian, pela força...

Ao Caetano pelas horas revisando este trabalho...

Ao Curso de Serviço Social, pelo conhecimento...

À Professora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, pela orientação e compreensão, na elaboração deste...

Às colegas de curso, pela troca de experiências na vida acadêmica...

À Prefeitura Municipal de Florianópolis, pela oportunidade de estágio...

A Adair Silveira, minha supervisora, pela contribuição profissional e pessoal...

Aos colegas da Gerência, Ieda, Gelton, Simone, Beatriz, Alcione e Juliane pelo carinho, respeito e amizade alcançados neste período...

Aos colaboradores de minha pesquisa...

Muito Obrigado!

*" DE TUDO, FICARAM TRÊS COISAS:
a certeza de que estamos sempre começando...
a certeza de que é preciso continuar...
a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...*

*PORTANTO DEVEMOS
fazer da interrupção um caminho novo...
da queda um passo de dança...
do medo, uma escada...
do sonho, uma ponte...
da procura... um encontro"*

Fernando Sabino

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo de analisar a importância de um projeto de Geração de Trabalho e Emprego, desenvolvido na região de Chico Mendes, periferia de Florianópolis. Tendo em vista alcançá-lo foi realizada a recuperação do conceito de trabalho no decorrer da história, são apresentados elementos que caracterizam a chamada crise do mundo do trabalho decorrente das transformações econômicas e tecnológicas mundiais. Bem como analisa o acesso aos direitos sociais garantidos através das Políticas Públicas de Trabalho e Emprego. Aborda ainda a questão do trabalho em Florianópolis e as políticas públicas desenvolvidas nesta área pela Prefeitura Municipal. Identifica a intervenção do Assistente Social diante desta temática. Apresenta uma pesquisa, cujo tema "uma análise das possibilidades e desafios do Projeto Central de Serviços", destaca a importância do Projeto nesta área. Recupera através de entrevistas realizadas junto ao técnicos, parceiros e usuários envolvidos com o mesmo, o seu histórico e avaliação, bem como possíveis propostas de implementação visto que os poucos programas e/ou serviços públicos no município são mínimos, para atender a demanda crescente de questões sociais, como a realidade de desigualdades e exclusões vivenciadas pelos moradores mais empobrecidos da capital. Ao final são realizadas algumas considerações, levantadas a partir da pesquisa e da experiência de estágio.

Palavras-chave: trabalho e emprego, capitalismo, Serviço Social, possibilidades e desafios.

LISTA DE SIGLAS

AFLOV	-	Associação Florianopolitana de Voluntárias
AREsp	-	Associação de Recicladores Esperança
BID	-	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	-	Banco Nacional Desenvolvimento Social
CAGED	-	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEFET	-	Centro Federal de Educação Tecnológica
CETE	-	Conselho Estadual de Trabalho e Emprego
CMTE	-	Conselho Municipal de Trabalho e Emprego
CODEFAT	-	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COMCAP	-	Companhia de Melhoramentos da Capital
CPP	-	Centro de Profissionalização Popular
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
FAT	-	Fundo de Amparo ao Trabalhador
GGRT	-	Gerência de Geração de Renda e Trabalho
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	-	Lei Orgânica da Assistência Social
MTE	-	Ministério de Trabalho e Emprego
PLANFOR	-	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PASEP	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA	-	População Economicamente Ativa
PIS	-	Programa de Integração Social
PMAS	-	Plano Municipal de Assistência Social
PMF	-	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PROGER	-	Programa de Geração de Emprego e Renda
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SHTDS	-	Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
SINE	-	Sistema Nacional de Emprego
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UNISUL	-	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O TRABALHO E A CRISE DO CAPITALISMO	
1.1 O mundo do trabalho em crise.....	12
1.2 Políticas Públicas de Trabalho e Emprego.....	17
2 A QUESTÃO DO TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS	
2.1 Políticas Públicas e Trabalho na Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	28
2.2 Projeto Chico Mendes - Programa Habitar Brasil/BID.....	31
2.3 Projeto Central de Serviços - proposta e realidade.....	36
2.3.1 A Intervenção do Serviço Social.....	45
3 UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO PROJETO CENTRAL DE SERVIÇOS	
3.1 Procedimentos de pesquisa.....	50
3.2 Resultados da pesquisa.....	52
3.2.1 Técnicos.....	52
3.2.2 Parceiros.....	54
3.2.3 Usuários.....	55
3.2.4 Comentários.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e traz como título “Trabalho e Emprego: possibilidades e desafios do Projeto Central de Serviços”.

O interesse em abordar o referido assunto surgiu durante a prática de estágio curricular realizado na Prefeitura Municipal de Florianópolis, junto ao Projeto Central de Serviços desenvolvido pela Divisão de Geração de Renda / Gerência de Geração de Renda e Trabalho, vinculada à Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

Foi a partir da experiência obtida na implantação do Projeto Central de Serviços na região de Chico Mendes que considerou-se importante recuperar o histórico de seu surgimento, bem como registrar a avaliação de técnicos, parceiros e usuários envolvidos com a Central de Serviços durante este período.

Esse trabalho analisa em seu primeiro capítulo “O Trabalho e a Crise do Capitalismo”, abordando o conceito de trabalho, a crise do mundo do trabalho e as Políticas Públicas de Trabalho e Emprego.

No segundo capítulo, apresenta-se “A Questão do Trabalho em Florianópolis”, de acordo com as políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, bem como de que modo ocorre a intervenção do Assistente Social diante desta temática e mais especificamente a sua atuação no Projeto Central de Serviços, expondo sua proposta e atual situação.

No terceiro capítulo, apresenta-se a pesquisa tendo como tema “Uma análise das possibilidades e desafios do Projeto Central de Serviços”. Esta que foi realizada de 30 de novembro a 15 de dezembro de 2002, através de um questionário aplicado junto: aos técnicos da Prefeitura Municipal de Florianópolis que elaboraram o Projeto Central de Serviços, aos representantes das entidades conveniadas aos Centros de Profissionalização Popular (CPP), que acompanham o gerenciamento da Central de Serviços e aos usuários do Projeto que acessaram cursos de capacitação profissional.

A realização desta pesquisa deu-se mediante a necessidade de identificar a importância de um projeto de geração de trabalho e emprego desenvolvido numa comunidade de periferia, visto que os poucos programas e/ou serviços públicos no município de Florianópolis são mínimos, para atender a demanda crescente de questões sociais, como a realidade de desigualdades e exclusões vivenciadas pelos moradores mais empobrecidos da capital.

Por fim, elabora-se as considerações, levantadas a partir da pesquisa e experiência de estágio na comunidade, com a intenção de que este trabalho de conclusão de curso possa contribuir para o desenvolvimento profissional e para a geração de trabalho e emprego dos moradores da região de Chico Mendes.

1 O TRABALHO E A CRISE DO CAPITALISMO

As transformações que começaram a ser experimentadas ao redor do mundo nos últimos trinta anos, advindas da terceira revolução industrial, do desenvolvimento da comunicação e da intensificação do intercâmbio mundial (tanto nas relações comerciais quanto na política e na cultura, entre outros fatores), ditam novos paradigmas e novos rumos à vida em sociedade. Particularmente, o mundo do trabalho tem sido um dos setores que mais prova essas conseqüências, sobretudo, pela crescente substituição da mão-de-obra humana pelo aparato tecnológico e automatizado que informa as novas fábricas e zonas produtivas.

Assim, o emprego vem sendo depreciado enquanto fator de coesão social, à medida que postos de trabalho são suprimidos, criando um considerável exército de reserva e constituindo um panorama de ampla instabilidade para aqueles que ainda se acham empregados. Não que o trabalho tenha deixado de ser um dos pilares mais importantes da sociedade, mas índices de 10 a 12% da população economicamente ativa desempregada, em termos gerais, são suficientes para que se deixe intranquã a grande parte da população.

Como reflexo dos desdobramentos desta tensão, pode-se citar, além da crescente pobreza, da exclusão social, da inobservância de direitos fundamentais, uma fuga em larga escala para a informalidade, isto é, para alternativas de emprego marginais ao sistema, sem garantias nem perspectivas diante da atual conjuntura.

As dimensões atingidas pelo capitalismo em seu mais recente estágio, sobretudo após a ruína do bloco socialista e do fim do mundo bipolarizado, com a consagração deste modelo como o perdurador, não deixam de ser acompanhadas de grandes e sérias crises, desde o que se refere ao expressivo aumento da cifra que alcança a circulação do capital especulativo, sem o devido lastro, até as enormes dívidas estatais, gerando uma certa impotência ante os problemas sociais daí decorrentes.

Tendo isso em vista, o presente capítulo pretende apresentar algumas considerações a respeito do trabalho, visto ser este um tema de grande relevância na sociedade atual. Do mesmo modo, este se traduz num conceito fortemente vinculado aos padrões de comportamento sociais próprios de cada época. Discute-se ainda a crise atual no mundo do trabalho e suas conseqüências para os trabalhadores, caracterizadas principalmente através do desemprego e da exclusão social, da instabilidade, da supressão de garantias, entre outros.

1.1 O mundo do trabalho em crise

Atualmente, segundo o panorama neoliberal, o trabalho tem sido considerado a chave para superar as dificuldades e, numa conjuntura de ultra-individualismo, o parâmetro para medir o sucesso pessoal, evidenciando a qualidade de vencedor. Ou ainda, como fator de significação e inserção social. As diretrizes político-econômicas em destaque, salientam a existência consolidada e experimentada da igualdade de oportunidades em detrimento de intervenções implementadoras de condições nivelantes, tais como as políticas sociais. Só que nem sempre foi assim. De origem controversa, o conceito de trabalho vem sofrendo alterações no decorrer da história.

Como definição moderna do que representa esse termo, pode-se citar a afirmação de Marx segundo a qual “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, onde o ser humano controla seu intercâmbio material com a natureza”. (MARX, 1998, 16ª ed.). O dicionário LUFT diz que trabalho quer dizer aplicação de forças mentais ou físicas na execução de uma obra; lida, fadiga, esforço; ocupação, emprego; atividade coordenada de caráter físico ou intelectual, necessária a qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; obra realizada. Ainda sobre este assunto, Susana Albornoz comenta

embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conceito oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 1986, p.8).

Historicamente, entretanto, a apreciação dessa temática assume diferentes conteúdos. O mundo antigo, por exemplo, nunca tratou o **trabalho** com nobreza. Para os gregos, por exemplo, o trabalho era considerado perda de liberdade, sendo os “escravos utilizados para livrar os cidadãos das tarefas servis, permitindo-lhes consagrar-se melhor à cidade, aos prazeres do corpo e à contemplação das coisas eternas do espírito” (CARMO, 1992). Ainda segundo a autora citada, o historiador Heródoto já atribuía a outros povos, como os egípcios e os persas a aversão ao trabalho, não sendo algo exclusivo da elite grega. Na Bíblia o trabalho é encontrado, inicialmente, como uma maldição para o homem, sob uma concepção de pena, castigo ou punição por algo errado, ou seja, o pecado original de Adão. No entanto, ao longo da própria narrativa das Escrituras, acaba por assumir um caráter honroso para o homem distanciado de Deus em decorrência da falta anterior, sendo sempre mencionado, inclusive por Cristo, como algo plausível aos homens, para sua subsistência.

Na Idade Média, predominantemente servil, não há evidências de exaltação ao trabalho. Só a partir de seu final, com o surgimento da burguesia, este passou a ser compreendido nas sociedades ocidentais de uma forma positiva, como sendo a “ação auto criadora, e o homem em seu trabalho, como senhor de si e da natureza.” (MENEGASSO, 2000). Neste período a capacidade de produção do ser humano passou a ser percebida e valorizada como possibilidade de mudança para a consecução dos objetivos por ele traçados.

Na Idade Moderna surge a diferenciação do trabalho qualificado e o trabalho não qualificado, do produtivo e o não produtivo, também em decorrência da influência da burguesia, em franca ascensão. O nascimento do capitalismo e dos princípios e valores que o fundamentam, transforma o tempo em dinheiro e todas as atividades humanas em

oportunidades de lucro, liberdade e riqueza. Neste sentido, o trabalho tornou-se uma atividade compulsiva e incessante, em busca desses fins, de modo que Maria Ester Menegasso, citando Robert Kurz, afirma, devido às tamanhas mudanças observadas, que “a servidão tornou-se liberdade e a liberdade, servidão” (MENEGASSO, 2000), uma vez que, almejando a glória, muitos herdavam apenas a prisão das fábricas.

O século XIX trouxe consigo um destaque ao conceito de **emprego**, palavra que expressa a ação ou função pela qual alguém põe à disposição sua capacidade de trabalho em troca de determinado salário. Nesse sentido:

Para as sociedades modernas, com forte predominância do trabalho assalariado, o emprego não representa apenas a possibilidade de troca do uso da força de trabalho por poder de compra equivalente ao custo dos bens e serviços básicos à sobrevivência. O trabalho também representa um requisito de julgamento do status e da utilidade social de cada um no sistema econômico capitalista. (POCHMANN, 1996, p. 165).

O emprego passa a ser, pois, o critério que define a significação social das pessoas e ao mesmo tempo o único caminho para a segurança, o sucesso e a satisfação de suas necessidades básicas, como já salientado anteriormente. Durante toda Idade Moderna, o valor das pessoas foi marcado por sua utilidade no mercado de trabalho, ou seja, seu potencial de produção. Se quando surgiu, o trabalho era somente para escravos e pobres, hoje é considerado um dos pilares da dignidade do homem enquanto ser social.

O capitalismo contemporâneo tem ampliado suas dimensões em todos os sentidos, gerando profundas transformações no mundo do trabalho. Esta é uma realidade constatada de fato, sem muitas controvérsias. Segundo Menegasso (2000), no pós-guerra as sociedades industrializadas conviveram com o crescimento econômico, o avanço da ciência, da tecnologia e com o desenvolvimento do pleno emprego, o que gerou a melhoria das condições de vida da sociedade, atingindo um patamar sem precedentes na história da civilização ocidental. Essa conjuntura se estendeu por um grande período, consagrado no termo “trinta anos gloriosos”, mas não perdura até hoje.

Em um constante ciclo de desenvolvimento e crises, uma das roupagens que esse modelo econômico assumiu posteriormente foi a acumulação flexível (toyotismo)¹, a qual se estrutura a partir de um número reduzido de trabalhadores, com a realização de horas extras, da adoção de trabalhadores temporários ou da subcontratação, (dependendo das condições de mercado), gerando as seguintes conseqüências: terceirização, perda de direitos trabalhistas (contrato temporário), baixos salários, desemprego, precarização das relações trabalhistas, entre outras. Como podemos notar, essa nova realidade entra em contraste com a exposta no parágrafo anterior. O Estado de bem-estar social dá lugar, com o fim do comunismo soviético, à organização neoliberal da economia política, de modo que as garantias daquele período foram sendo aos poucos suprimidas, em prol da livre-concorrência, do livre-mercado, entre outros princípios liberais sob uma nova aparência. A retomada dessas vertentes, por sua vez, acarretou num panorama de involução dos empregos, podendo-se falar em uma crise do trabalho. (ANTUNES, 1997)

Muitos fatores colaboraram para tal recessão, podendo-se destacar a baixa produtividade das empresas em modelos de produção obsoletos, a crise fiscal do Estado, a crise do socialismo, e o desenvolvimento tecnológico em geral. Diante disso, tornou-se notória a insatisfação dos trabalhadores e o movimento da sociedade pela ampliação da democracia enquanto meio capaz de promover a igualdade.

O grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital, sendo que, com isso, milhões de trabalhadores foram substituídos por máquinas, impulsionando o desemprego. “O rompimento do compromisso com o pleno emprego do

¹ Toyotismo - expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização e precarização do trabalho. (ANTUNES, 1999)

pós-guerra deu lugar às políticas neoliberais que, com o sentido deflacionário, determinam a valorização financeira em detrimento da produção”. (POCHMANN, 1996).

Torna-se mais evidente o processo da crise, nos últimos 25 anos, com o fenômeno da mundialização do capital, o qual, além de muitas outras características, acarreta aos governos endividados a impossibilidade de oferecer condições dignas de trabalho às suas populações, retratando um cenário de crescente caos e desordem sociais, uma vez que o problema envolve cada vez mais pessoas. No caso nacional, Fátima Grave, ao falar dos efeitos do capitalismo, salienta que:

O desemprego é a face mais séria e desumana deste padrão de acumulação, principalmente em países como o Brasil, inscrito perifericamente no circuito capitalista e com vasta tradição autoritária, clientelista e subalterna aos ditames internacionais e com milhares de cidadãos abaixo da linha de pobreza. (GRAVE, 2002, p. 74).

A instabilidade gerada a partir do desemprego é um drama que afeta a todos brasileiros, e segundo dados da CUT (2002) este atingiu cerca de 11,4 milhões de trabalhadores em 2001. Tal situação torna inviável a manutenção de condições de desenvolvimento com segurança do trabalhador, em um panorama econômico de grande intercâmbio internacional de mercados e de seus produtos.

O desemprego no Brasil, além dos efeitos econômicos da crise capitalista, possui um forte componente de natureza estrutural, decorrente da formação e dos desdobramentos históricos da economia brasileira. O crescimento das ocupações por conta própria, de assalariados sem carteira e as altas taxas de desemprego revelam o perfil e sua dimensão atual. Para não continuar sendo tratado como problema de ordem individual,

um amplo movimento de reação social ao quadro de desemprego no país pode criar condições para implementação de um conjunto de medidas voltadas para a geração de emprego e renda. (POCHMANN, 1996, p. 167)

O presente trabalho traz consigo a apreciação de um exemplo desses esforços requeridos, de modo que se possa traduzir as realizações e, principalmente, os desafios de

viabilização de políticas do gênero, que sejam eficazes ao lidar com a geração de renda e o mercado informal de trabalho, sempre tendo consciência do desemprego à espreita.

1.2 Políticas Públicas de Trabalho e Emprego

Com a tão aclamada crise atual do capitalismo, as questões sociais tornaram-se novamente assunto de debate, sendo estas uma expressão de desigualdade, de inobservância e desrespeito de direitos sociais e trabalhistas com um conseqüentemente aumento da pobreza e da exclusão social. Onde qualquer alteração na relação entre capital, trabalho, produção e lucro, pode trazer conseqüências que se revelam profundamente danosas à população, especialmente à classe trabalhadora e aos excluídos do processo de reprodução social e de acesso aos bens e serviços.

Para compreensão do debate sobre questões sociais, torna-se imprescindível o reconhecimento histórico da política social brasileira. No período da República Velha (1889-1930), a questão social no âmbito do Estado desenvolveu-se de forma dispersa e pontual, sem um sistema de intervenção política definido e estruturado. Já no século XX, segundo Evaldo Vieira (1997), esta percorreu dois momentos políticos distintos, o primeiro período foi de controle da política, marcado pela Era Vargas e pelo populismo nacionalista, e o segundo período foi de política de controle, que estendeu-se desde a ditadura até a Constituição Federal de 1988, onde em ambos os períodos a política social conservou seu caráter fragmentário, setorial e emergencial,

sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade. (VIEIRA, 1997, p.68).

É importante destacar que, no Brasil, a classe trabalhadora começa a se organizar simultaneamente ao seu surgimento, onde a proteção social era conquistada pelas categorias profissionais mais organizadas politicamente. A formação e organização de sindicatos livres e independentes potencializaram a luta por uma legislação trabalhista, em fatos marcados por movimentos grevistas ocorridos desde o início do século XX, onde os trabalhadores reivindicavam garantias de maior proteção diante dos constantes acidentes e riscos. A primeira política de amparo foi a regulamentação do Acidente de Trabalho, que ocorreu em 1919, através do decreto-lei n.º 3742/19, o qual responsabilizava o empregador pelos acidentes ocorridos no trabalho, devendo cobrir estes os gastos. (SILVA, 1995).

A política social brasileira teve maior expressão nos anos 80. Embora terem sido anos de profundas desigualdades sociais e de luta contra a ditadura, foram também considerados anos de avanços democráticos na história política nacional. Tempos de mobilização popular em torno de um mesmo objetivo, que buscava a democratização e a ampliação de direitos, permitindo uma maior representação social e a participação de diferentes sujeitos no controle das políticas sociais, que culminou com a conclusão dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1988, legitimando os direitos sociais como princípios basilares, desta forma, estabelecendo políticas que venham cumprir com a diminuição das desigualdades em favor da sociedade, onde:

as políticas sociais referem-se ao conjunto de diretrizes e práticas que são direcionadas à população, por meio de serviços e benefícios propiciados pelos programas e projetos sociais, cuja orientação de distribuição está definida pelos interesses do Estado e do Governo. (UFSC/LED, 2002)

A Constituição Federal de 1988 sintetizou, do ponto de vista institucional, o inédito avanço da sociedade civil nos anos 80. Criou as bases jurídicas e políticas para o desenvolvimento de um conjunto de posturas, baseadas no princípio da universalidade, da descentralização, da participação e do controle social, orientados para combater as

desigualdades e as injustiças que naquele momento eram inaceitáveis, tendo em vista a reorganização da nação. Também, estabeleceu um amplo conjunto de direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, descritos em seu Art. 6º.

A Carta Magna também representa um grande progresso, no que tange a análise das políticas de emprego nela descritas. O seu estágio atual pode ser considerado fruto das inovações daquele diploma. A União passou a ser responsabilizada pela “organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício da profissão”. O seguro desemprego foi afirmado como um dos direitos fundamentais a serem financiados pelas contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Na década de 90, contudo, com as reformas neoliberais recomendadas pelo FMI (liberalização econômica, fim dos controles sobre o mercado financeiro, altas taxas de juros como mecanismo de atração de capitais especulativos, privatizações, flexibilização do mercado de trabalho, redução da capacidade de regulação do Estado etc.), experimentou-se, conforme dito anteriormente, como conseqüências imediatas, a estagnação econômica, a elevação das dívidas interna e externa, a falência financeira do Estado, entre outras. Quanto ao mercado de trabalho, o que se notou foi o aumento do desemprego e a expansão do emprego precarizado, reforçando o quadro da sub-utilização da força de trabalho. (ANTUNES, 1997)

A partir deste momento implanta-se a visão de que o Estado deve agir, em relação a questão social de maneira diferente da qual o consagrou até então. Abandonando o “paternalismo” a muito tempo peculiar, as políticas públicas na área social devem ser implementadas de modo que o Estado venha atuar como parceiro da sociedade em seus diversos níveis, unindo empresas, cidadãos e organizações, para que se possa ser mais eficiente nos resultados. Ultimamente, nota-se que o Estado, como promotor das políticas

públicas, ao invés de buscar a cooperação mútua, age promovendo a descentralização, fragmentação, focalização e transferência para o setor privado de suas habituais responsabilidades, deixando apenas uma reserva pequena para projetos desse gênero, em resposta aos anseios imediatos dos eleitores impacientes e sedentos por mudanças.

Ao serem mencionados esses problemas, torna-se pertinente evidenciar algumas constatações do sociólogo francês Jacques Généreux². Criticando a idéia de que o horror que assola o mundo seja conseqüência da (des)ordem econômica, o autor elabora, em três dimensões, uma análise do caos político que proporcionou e sustenta a conjuntura atual. A impossibilidade governamental em dirimir a questão social perpassa por questões tanto institucionais como por questões comportamentais das sociedades, não sendo simples reflexo e um primado do princípio do mercado em proporções internacionais. Também afirma, conseqüentemente, que se a economia internacional atinge tal dimensão, é porque assim permitiu a instância políticas dos diversos Estados-nação.

Assim, plausível seria buscar os causadores desses resultados desoladores na instância política, sobretudo. Desse modo, a primeira dimensão se apresenta, uma vez que

uma maioria de cidadãos, que levava uma existência tranqüila e próspera, não se sentiu, convictamente, disposta a suportar sacrifícios, para resolver problemas sociais cuja gravidade inicial não era calamitosa e cujas conseqüências a longo prazo seriam ignoradas. (GÉNEREUX, 2000, p.73)

Essa maioria, por sua vez, não informou aos seus representantes a necessidade do combate às mazelas sociais e, como a democracia age conforme os anseios da maioria, omitiu-se por um bom período a questão, até seus efeitos começarem a atingir justamente esse setor. Somada a essa indiferença, a evidência do neoliberalismo produziu um desenvolvimento exagerado dos mercados e do setor privado em detrimento do público. Assim, a dinâmica política estacionou ante às dificuldades impostas por um modelo global. A

² Jacques Généreux, professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris, diretor de coleções nas Éditions du Seuil, é autor de diversas obras nas áreas de Economia e Política.

segunda dimensão de que fala o autor tem a ver justamente com essa questão. A democracia assemelha-se, pois, a um mercado, como se evidencia no seguinte trecho:

O que é realmente democracia? Uma técnica de designação de governo que consiste em abrir regularmente uma competição eleitoral entre os homens ou os partidos políticos, que submetem seus programas ao julgamento dos demais cidadãos. Trata-se de um processo de livre concorrência pelo poder, do qual saem vencedores os partidos, ou coalizões de partidos, que obtiveram uma fração suficiente de votos expressos. A natureza concorrencial da democracia estimula os políticos a se conduzirem como qualquer empresário na disputa de um mercado qualquer. De fato todo candidato aos sufrágios populares deve responder à demanda política expressa pelos eleitores, apresentando uma oferta política adequada (programas, leis, regulamentações, reformas, etc.). O objetivo dos responsáveis políticos é melhorar sua parcela de mercado com repetidos sucessos eleitorais. E para isso, têm de “vender” seus programas, da melhor maneira, aos “clientes” em potencial, os eleitores. A partir daí, a procura do sucesso rouba frequentemente a prioridade da procura dos objetivos, que nós, os cidadãos, consideramos mais importantes: o bem-estar coletivo, a justiça, o emprego, a paz, etc. E, a princípio, não é o efeito das ambições políticas que ofusca as exigências da nação, mas o resultado lógico da competição democrática. (GÉNÈREUX, 2000, p.77).

Por sua vez, essa “tirania do mercado político” reduz bastante as perspectivas de uma mudança bem fundamentada. A consciência política perde seu valor, e o confinamento das pessoas em seus mundos particulares se acirra. As poucas sinalizações e esforços na luta pelas redefinições necessárias à esfera comum esbarram em sérios problemas de identificação e justificação, sendo enfraquecidas desde o princípio. Esse é o terceiro grau do horror político, traduzido na citação abaixo:

Infelizmente, mesmo que se chegue a esse estado de coesão e determinação geral, uma democracia pode se achar impedida de seguir o caminho desejado por todos, ou quase todos. Não basta que os membros de uma comunidade tenham uma aspiração comum para que esta se concretize de imediato nas escolhas políticas. É preciso ainda que esses cidadãos tenham vontade, as palavras, os espaços, as oportunidades para exprimir suas aspirações e suas repulsas. Ora, o prolongamento excessivo da deterioração social produz um outro efeito perverso: acaba desacreditando o discurso e a vida política, a ponto de muitos cidadãos evitarem o debate público, ou, participarem só para gritar sua rejeição aos políticos e aos partidos estabelecidos. Assim, quando chega o momento em que a vontade comum pode emergir, há perigo de continuar, por muito tempo, sufocada pelo mutismo de uns e a gritaria de outros, pela ausência de uma verdadeira palavra política, de um verdadeiro debate político. (GÉNÈREUX, 2000, p.99).

Consequentemente, as políticas sociais passam a ser tratadas como pronto-socorro, ou seja, saídas emergenciais e localizadas, destinadas aos mais enfermos. Transforma-se a noção de direitos sociais em filantropia e caridade; a universalidade dos direitos cede lugar à seletividade dos favores, reservados àqueles que comprovadamente atestam profunda necessidade. O horror político de que fala ainda o autor promove tais anormalidades, sem ao menos a tomada de consciência por parte da consagrada maioria.

Mesmo com todos estes percalços, políticas públicas continuam a serem criadas, certamente em menor escala e com menores perspectivas, sendo cada vez mais complexo abordar o problema. Na presente ocasião, concentrar-se-á em uma dessas políticas, a saber, a de trabalho e emprego.

Política Pública de Trabalho e Emprego é o termo adotado neste contexto para designar as políticas governamentais que visam a amparar, proteger ou preparar o trabalhador em relação ao mercado de trabalho, e constituem-se um conjunto de programas voltados ao trabalho, emprego e geração de renda, além da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Na bibliografia existente sobre este tema é comum serem adotadas outras terminologias, tais como: “políticas públicas de emprego”, “políticas públicas de trabalho e renda”, “políticas de emprego e renda”, etc.

O Estado, por meio de políticas públicas de trabalho e emprego, procura minimizar os custos sociais e econômicos do desemprego e gerar ações que a curto, médio e longo prazos permitam novamente o ajuste entre a oferta e a demanda do mercado de trabalho. (BARBOZA, 2002, apud UFSC, p. 33).

De acordo com Brollo, as políticas públicas de trabalho e emprego têm se intensificado após a década de 1970 e vêm ocorrendo em praticamente todos os países, para fazer frente aos crescentes problemas do mercado de trabalho, como o aumento do desemprego e a precarização dos postos de trabalho. (BROLLO, 2000).

A necessidade de implantação de Políticas de Trabalho e Emprego é notória na consciência coletiva da sociedade brasileira. Por meio delas, traduz-se a vontade de se ver

reduzida a precariedade de inserção no mercado de trabalho, enfrentando assim os desafios da atual situação econômica. Baseado nessas questões, o governos buscam integrar seus programas (Geração de Emprego e Renda, Qualificação/Requalificação Profissional, Intermediação de mão-de-obra e Pagamento do Seguro-Desemprego) para o enfrentamento desta situação.

Os atuais programas de geração de trabalho e emprego, no Brasil, são implementados nos três níveis de governo - federal, estadual e municipal - e executados por instituições públicas e privadas. Em nível federal, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) é o organismo que decide sobre os programas em que serão aplicados os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que financia principalmente o programa seguro-desemprego.

Nos Estados, as diretrizes partem dos Conselhos Estaduais de Trabalho e Emprego (CETEs) e em cada município são definidas pelos Conselhos Municipais de Trabalho e Emprego (CMTEs). Os CETEs e CMTEs surgiram do contexto de democratização e descentralização da Política Pública Social a partir da Constituição. Os Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego foram criados por meio da Resolução CODEFAT n.º 80/9, são instâncias colegiadas de caráter permanente e deliberativo, com composição tripartite (pois congrega representantes tanto do governo, dos empregadores e dos trabalhadores) e paritária, cuja finalidade básica é tornar possível a participação da sociedade na administração de um sistema público de emprego e renda e na utilização dos recursos do FAT. (UFSC/LED, 2002).

A maioria dos programas são financiados com recursos do FAT, criado através da Lei n.º. 7.998/90. A origem dos recursos que o compõe são: arrecadação do PIS/PASEP, 40% da remuneração dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), 20% da contribuição sindical. Com os recursos do FAT, o CODEFAT não só mantém as

políticas ativas e passivas de trabalho e renda, como também financia outros projetos nesta área.

As Políticas Públicas de Trabalho e Emprego estão divididas em Políticas Ativas e Políticas Passivas. Aquelas atendem o chamado setor informal e se referem principalmente à qualificação profissional e aos programas de geração de trabalho e emprego. São as que propiciam ao governo atuar sobre a oferta e demanda por trabalho. A intervenção do Estado por meio destas políticas objetiva melhorar o funcionamento do mercado de trabalho e assegurar maior igualdade de oportunidades, reintegrando os grupos menos favorecidos ao sistema. Como exemplo pode-se citar o Programa de Crédito Popular, o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) que é uma iniciativa governamental voltada para quem deseja iniciar ou expandir o seu próprio negócio, dispondo de crédito para financiar empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços na área urbana, com objetivo de apoiar a geração e a manutenção de emprego e renda, atendendo micro e pequenas empresas, cooperativas e associações, assim como pessoas físicas que atuam no setor informal da economia.

Outro importante integrante do ramo das **Políticas Ativas** é o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) que patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, a melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e a proteger os desempregados, como por exemplo por meio do seguro-desemprego, da intermediação de mão-de-obra, do pagamento de abonos salariais, do crédito popular e da informação sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional. (MTE, 2002).

As **Políticas Passivas** atendem ao setor formal e dizem respeito às medidas de proteção ao trabalhador. Como exemplo temos os Programas de Intermediação de mão-de-obra via Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O seu objetivo é proteger e procurar melhorar as condições dos

empregos existentes, bem como assistir financeiramente ao trabalhador desempregado com base em um conjunto de medidas compensatórias, compostas de transferências sociais para a manutenção do padrão de vida daqueles que se encontram desempregados.

Pode-se notar que, dentro da questão do trabalho e da crise do capitalismo, as dificuldades de efetivação das políticas citadas são mais que um reflexo de todas as transformações hodiernas, e constituem-se num paradoxo do Estado contemporâneo, o qual busca casar princípios um tanto quanto contraditórios, liberais e intervencionistas, em meio à crise de referencial político por que passa.

A necessidade da atuação positiva do Estado é separada por uma linha muito tênue das crescentes recomendações dos organismos internacionais em prol da desincumbência estatal. Isto posto, aliado à falta de recursos suficientes à implementação das políticas sociais pelo Poder Público, ocasiona um impasse na execução dos projetos elaborados, atando os profissionais ligados à área, impossibilitando a abordagem séria e concentrada de forças em busca da minoração dos problemas levantados (sendo que um deles, particularmente em suas conquistas, desafios e perspectivas, é abordado neste trabalho).

Assim, os grandes esforços necessários para a observância de um certo progresso nas políticas sociais, por vezes não são levados a cabo, engessando toda uma estrutura criada nos níveis de administração, limitando deveras suas possibilidades de ação.

Transpor essa barreira, primeiramente na cidade de Florianópolis, é o grande desafio traçado pela própria conjuntura em suas várias instâncias para que se consiga progredir na questão do trabalho e emprego. Visando contribuir para a supressão desse obstáculo, os capítulos seguintes foram elaborados. Uma visão geral do trabalho e emprego no município se faz importante nesse contexto. Do mesmo modo, a apreciação da experiência do Projeto Central de Serviços integra o estudo.

2 A QUESTÃO DO TRABALHO EM FLORIANÓPOLIS

De acordo com os dados do IBGE/99 mais de 33,7 milhões de pessoas encontram-se em situação de empobrecimento no Brasil, expondo um quadro perverso, em que apenas 10% dos mais ricos detém aproximadamente 50% da riqueza do país. No campo, segundo informações do censo agropecuário do IBGE (1995) 52,89% da população possui apenas 2,67% das terras em questão, o que automaticamente tem gerado o êxodo rural e conseqüente favelização das cidades, principalmente das capitais.

Florianópolis destaca-se como centro regional, na prestação de serviços e no comércio. Atua como centro político-administrativo na qualidade de capital e de acordo com o SINE/SC, os números comprovam que entre 1990 e 1997 a população economicamente ativa (PEA) catarinense aumentou 17,8%. Nesse período, 384 mil trabalhadores buscaram espaço no mercado, enquanto 102 mil vagas formais eram desativadas. Essa combinação de crescimento da PEA e diminuição do emprego provocou um déficit de 490 mil postos de trabalho. (PMAS, 2002).

A cidade de Florianópolis conta atualmente com uma população de 342.315 habitantes, sendo o segundo município mais populoso de Santa Catarina. Aproximadamente 10% de seus habitantes sobrevivem com renda suficiente apenas para a compra de uma cesta básica ao mês. (PMAS, 2002).

A situação de pobreza em Florianópolis é o reflexo de uma distribuição de renda desigual e da falta de perspectivas para muitas famílias. Como repercussão, pode-se citar o grande número de sub-moradias e o crescente favelamento observados na cidade nos últimos anos. "As políticas adotadas pelo governo, o avanço tecnológico e econômico, têm dificultado o acesso ao trabalho e a obtenção dos recursos mínimos básicos à vida, tais como

alimentação, saúde, moradia e educação” (PMAS, 2002). O CAGED/99, divulgou que cerca de 11 mil postos de emprego foram desativados somente nesse ano, levando (junto com os números da estatística anterior) para a economia informal o sustento de grande parte dos desempregados.

Segundo dados do PMAS (2002), o município de Florianópolis configura-se, pois, como mais uma capital brasileira com crescente empobrecimento populacional, destacando além do aumento do desemprego, elevação dos números de casos de violência e de dependência química.

As comunidades de baixa renda de Florianópolis são formadas por pessoas oriundas principalmente do oeste catarinense e do planalto serrano, que num grande movimento migratório em direção à procura de trabalho, deparam-se com uma realidade extremamente oposta ao esperado. Estas comunidades estão concentradas em três grandes áreas: na região do Saco Grande, na região do maciço do Morro da Cruz e na região do Continente. São comunidades periféricas, formadas pelo processo de migração e de ocupação.

Ainda de acordo com dados do PMAS (2002), a situação de trabalho nestas áreas é bastante preocupante, revelando a inserção dos chefes de família no sistema informal, onde predominam os serviços autônomos e não regularizados, o que provoca instabilidade e fragiliza a renda familiar.

Conforme proposto no Art. 24º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, torna-se vital a implementação de programas e ações integradas e complementares para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, com prioridade para inserção profissional e social, desta forma, é neste contexto que insere-se a administração municipal, elaborando formas de implementação das políticas públicas.

2.1 Políticas Públicas e Trabalho na Prefeitura Municipal de Florianópolis

No município de Florianópolis, o órgão governamental responsável exclusivamente pela área social na condução das Políticas Públicas através do “comando único”³ é a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS)⁴, que foi criada em 21 de março de 2001, sob a lei n.º 5.831/01. Assume, pois, como missão a “promoção do desenvolvimento sustentável⁵ das famílias residentes em Florianópolis, otimizando e articulando os recursos institucionais e ampliando parcerias, visando a melhoria da qualidade de vida”. (SHTDS, texto digitado)

Com o propósito de cumprir a missão acima citada, a SHTDS possui os seguintes macro-objetivos:

- Prover condições habitacionais;
- Prestar serviços de assistência social;
- Capacitar para o trabalho e promover a geração de trabalho e renda.

A Secretaria é composta por 04 gerências: Assistência Social, Habitação, Administrativo-Financeira e Geração de Renda e Trabalho:

- **Gerência de Assistência Social** - tem como missão prestar serviços de assistência social à população, através de ações continuadas e integradas que promovam processos de inclusão social, visando a melhoria das condições de vida;

³ Comando único consiste na existência de apenas um órgão governamental responsável pela coordenação de política de assistência social, com a reunião de ações e serviços, pela prestação de assessoria técnica e pelo apoio financeiro.

⁴ Antes da criação da SHTDS o comando único era representado pelo Departamento de Desenvolvimento Social da Secretaria Municipal de Saúde.

⁵ O Programa das Nações Unidas para o Ambiente define desenvolvimento sustentável como programa que “pode melhorar a qualidade de vida das pessoas dentro da capacidade potencial do sistema de sobrevivência da terra”. Isto significa satisfazer as necessidades das gerações atuais sem prejudicar os recursos da terra de tal forma que as gerações futuras fiquem impedidas de as satisfazer. Embora neste contexto o termo não assuma seu significado estrito, sua utilização decorre da sua disseminação na linguagem das repartições da SHTDS.

- **Gerência de Habitação** - sua missão é qualificar e integrar os espaços urbanos, priorizando as intervenções em assentamentos subnormais de interesse social, buscando a sustentabilidade econômica, ambiental e social;
- **Gerência Administrativo-Financeira** - possui como missão participar integralmente das ações da SHTDS, viabilizando as condições administrativas, financeiras e humanas, respeitando as normas legais estabelecidas, para atingir os fins propostos pela Secretaria;
- **Gerência de Geração de Renda e Trabalho** - tem como missão contribuir para o acesso e/ou aumento da renda da população em exclusão social, articulando redes/parcerias para a criação/geração de oportunidades de trabalho, buscando assegurar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida.

Atualmente a equipe técnica da **Gerência de Geração de Renda e Trabalho** está composta por um gerente, nove assistentes sociais, cinco educadoras sociais, treze estagiários e dois agentes sociais, que tem como proposta de atuação um macro-processo que envolve a promoção para criação de novas oportunidades de trabalho; o desenvolvimento do potencial trabalho; e a coordenação de ações de desenvolvimento comunitário integral em áreas de interesse social. A Gerência está organizada em 03 divisões: Capacitação Profissional, Ação Comunitária e Geração de Renda.

- **Divisão de Capacitação Profissional** - tem como proposta o desenvolvimento do potencial para o trabalho, articulado através de cursos profissionalizantes; concessão de equipamentos e insumos; capacitação para organização de empreendimentos produtivos e assessoria jurídica às entidades/empreendimentos.
- **Divisão de Ação Comunitária** - tem por objetivo coordenar a execução de projetos de intervenção social, visando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas, através de assessoria às lideranças e de inserção das comunidades nos projetos sociais do município.

- **Divisão de Geração de Renda** - desenvolve projetos que possibilitam o acesso a atividades remuneradas, formação e qualificação profissional da comunidade, tendo por objetivo a difusão do cooperativismo junto aos trabalhadores autônomos e o incentivo à organização produtiva das comunidades de baixa renda. E dentre os seus programas, foi implantado o **Projeto Central de Serviços**, analisado a seguir, o qual faz parte das macroações do “Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social” da região de Chico Mendes do Programa Habitar Brasil/BID.

A Gerência de Geração de Renda e Trabalho, em consonância com sua missão dispõe-se a desenvolver, no formato da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), um de seus objetivos, qual seja a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Como foi abordado anteriormente a capital de Santa Catarina vem recebendo anualmente inúmeras famílias oriundas do interior do estado, que, em busca de habitação, saúde, alimentação, educação e, principalmente, emprego para os seus responsáveis, aqui deparam-se com o inverso, ficando excluídos do acesso aos mínimos sociais (necessidades básicas), não dispendo de qualidade de vida satisfatória.

O trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, nas comunidades de baixa renda da capital tem como fator determinante a redução da exclusão social, onde dados apontados pelo PMAS (2002-05) revelam que 41,44% de seus habitantes vivem em situação de empobrecimento, com renda de até três salários mínimos. Tal cifra confirma a necessidade de intervenção do Poder Público, para que, conseqüentemente, não aumentem os bolsões de pobreza na capital, onde mais de 40 mil pessoas sobrevivem em habitações precárias e sem infra-estrutura.

É em virtude disto que na PMF as ações voltam-se também para atender as necessidades da população de baixa renda, através de planos, projetos e programas sociais que

se propõem a viabilizar o acesso a atividades remuneradas, formação e qualificação profissional das comunidades empobrecidas. Nesse sentido, deve-se perceber que

os pobres não habitam uma cultura separada dos ricos (...), eles têm que viver no mesmo mundo ideado em benefício dos que têm dinheiro. E sua pobreza é agravada pelo crescimento econômico, assim como é intensificada pela recessão e o não crescimento. Com efeito, recessão significa mais pobreza e menos recursos; mas o crescimento leva uma exibição ainda mais frenética de maravilhas de consumo e assim prenuncia um abismo maior entre o desejado e o real. (SEABROOK, apud BAUMAN, 1999)

Tendo isso em vista, as dimensões que o fenômeno invoca e as proporções que ele atinge, políticas sociais cada vez mais vultosas são necessárias para que se possa lidar com o problema. Desta forma, o presente trabalho relata um grande desafio na transformação dessa conjuntura, ainda que seja pontual ante as crescentes necessidades que constituem a complexidade da questão do trabalho e emprego (num primeiro momento) bem como de toda a questão social.

2.2 Projeto Chico Mendes - Programa Habitar Brasil/BID

O cenário político nacional expressa significativos acontecimentos advindos das classes populares na luta pela democracia e por soluções para as carências da população, evidenciadas através de mobilizações da sociedade civil reivindicando melhores condições de vida. As ocupações desordenadas do espaço urbano, como é o caso da região de Chico Mendes na periferia de Florianópolis, geraram conflitos pela posse da terra e também pela incapacidade do poder público em oferecer alternativas viáveis para solução dos problemas habitacionais.

A região de Chico Mendes é considerada, no município de Florianópolis, a área que detém a maior concentração de famílias em situação de pobreza, precariedade de infra-

estrutura urbana, do que se somam problemas sociais e urbanísticos com famílias habitando áreas de risco. (PMAS, 2002. PMF, 2001).

A situação do trabalho no ambiente em questão é preocupante e revela a inserção dos responsáveis pelas famílias no sistema informal, com a predominância de serviços autônomos, não regularizados, o que provoca instabilidade e fragiliza a renda familiar.

Destacam-se na região a baixa escolaridade, a desqualificação profissional, o desemprego ou o subemprego, e o conseqüente baixo poder aquisitivo, bem como a deficiência alimentar e a desnutrição, entre outros problemas de saúde. Torna-se preocupante a crescente envolvimento de jovens e adultos com o uso e tráfico de drogas, o alcoolismo entre homens e mulheres, a deterioração nas relações familiares e a violência de toda ordem, em especial contra mulheres e crianças. A origem e procedência das famílias, bastante diversificada, denota o processo migratório e a dificuldade de participação e integração comunitária, predominando, em algumas situações, os interesses individuais em detrimento das ações coletivas. (PMAS, 2002).

O Projeto Central de Serviços destaca que desemprego representa fator limitante ao pleno desenvolvimento da capacidade das pessoas de proverem suas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação e lazer contribuindo para o aumento das disparidades de renda e, de maneira mais grave, deteriorando o sentimento de auto-valorização das pessoas.

A complexidade dos problemas sociais nessa região requer, portanto, uma ação efetiva e eficaz do Poder Público, com a implementação de políticas públicas a ser expressa inclusive através de investimentos comunitários que contemplem projetos de geração de trabalho e emprego, com ações coletivas e de organização social, num trabalho intensivo e comprometido com as causas da população. (PMF, 2001)

É prioritário que se invista na região com trabalhos e parcerias, que minimizem a fragmentação das ações e possibilitem a racionalização dos recursos, na perspectiva de alterar significativamente o quadro de carências das famílias.

O **Projeto Chico Mendes - Programa Habitar Brasil/BID** faz parte do Programa Habitacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, chamado Bom Abrigo, e envolve recursos do município, do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁶. O Projeto busca melhorar a qualidade de vida das 1.109 famílias que vivem na região de Chico Mendes (Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte), localizadas no bairro Monte Cristo, continente da capital. Essas são comunidades que passaram por um processo de ocupação de áreas públicas e já constituem-se consolidadas, com a urgência da implantação do Projeto. O terreno onde localiza-se a região beneficiada pelo Projeto Chico Mendes é de propriedade da PMF, cedido pelo Governo do Estado (COHAB) especialmente para estas obras.

A PMF através do Projeto Chico Mendes tem como objetivo regularizar a ocupação da região através de uma distribuição que beneficie o maior número de famílias, pois reconhece que estas são proprietárias das casas onde moram. As famílias serão beneficiadas com melhorias no sistema viário, saneamento básico, iluminação pública, construção de creches, moradias e área de lazer e esporte. (HBB, 2000)

Na região de Chico Mendes, que, como dito anteriormente, considerada a área que detém maior concentração de famílias em situação de pobreza, a situação de trabalho é bastante precária, destacando o trabalho informal, autônomo e não regularizado, onde o desemprego representa o não atendimento das necessidades básicas das famílias. Tornando-se prioritária a execução de políticas sociais de inclusão.

⁶ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma Entidade que atua como fonte de financiamento multilateral para projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe. Contam-se entre eles programas de reforma setorial e de política e apoio ao investimento público e privado. In: www.iadb.org/exr/por - 04/02/03

A Prefeitura Municipal de Florianópolis aplicou, em abril de 1998, na região atendida pelo projeto um cadastro sócio-econômico e físico, feito pelas assistentes sociais que atuam na ação comunitária, nas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte. Sendo, este, amostra do Projeto Chico Mendes - Programa Habitar Brasil/BID, para conhecer a realidade destas comunidades e compor um perfil sistematizado da população, assim como identificar as condições de vida das famílias, para então iniciar a aplicação de políticas que pudessem abranger a questão da regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento sócio-comunitário da região.

Através deste cadastro registrou-se a organização comunitária da região, pautada na constituição formal através de Associações de Moradores, onde predominam movimentos reivindicatórios, particularmente em relação às questões ligadas as melhorias de infraestrutura e a permanência na região.

O Projeto de Regularização Fundiária e Urbanização da região de Chico Mendes teve como objetivo criar condições para sua correção, bem como promover a urbanização da área para que a população tenha solucionado os problemas de habitação, de saneamento básico, infra-estrutura urbana, sistema viário, equipamentos comunitários, possibilitando qualidade de vida e integração do bairro com o contexto geral da cidade.

A operacionalização do Projeto Chico Mendes teve por base a identificação dos interesses e preocupações da população, e o desenvolvimento de processos educativos capazes de ampliar e fortalecer a participação popular, definindo-se como premissa básica na deliberação, execução e avaliação de programas e projetos de interesse comunitário, seguindo os procedimentos técnicos até então adotados, constantes de reuniões comunitárias, associações gerais de moradores além de outros grupos representativos da comunidade. (HBB, 2000).

Esta participação prevista em todas as etapas é fundamental para realizar não só a execução dos projetos de caráter urbanístico, mas também viabilizar ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população, dada a complexidade de problemas sociais nesta área, tornando-se a população parceira na solução dos mesmos.

São fundamentais para alterar a qualidade de vida da população, além de projetos físico-urbanísticos, a implementação de projetos e ações que diminuam o nível de carência das famílias, com investimentos que privilegiem o desenvolvimento global das comunidades e interfiram nos condicionantes sociais que tem levado a população a este nível de pauperização e degradação, impressos no cotidiano da grande maioria das famílias.

Reverter o quadro que foi anteriormente apresentado significa investir em participação e fortalecimento da organização comunitária, na capacitação profissional e geração de renda, educação sanitária e ambiental, apoio sócio-familiar às demandas específicas a serem identificadas junto à população da área de abrangência do projeto.

Implementar o referido Programa nesta área implica consolidar a permanência da população no local, proporcionando melhores condições de vida através de suas macro-ações de mobilização e ação comunitária, de educação sanitária e ambiental, de capacitação profissional e de geração de renda, garantindo o desenvolvimento sustentável da região. Este, por sua vez, pode ser caracterizado pela inclusão social e o acesso aos bens e serviços essenciais a vida com dignidade.

O início da execução das obras, ocorreu em 1998, com a construção da unidade Multifamiliar com 32 apartamentos e aproximadamente 800 metros de área para a execução de trabalhos comunitários no pavimento térreo do Conjunto Habitacional, doravante identificado como Prédio Chico Mendes. Os apartamentos estão sendo utilizados como alojamentos temporários para as famílias, enquanto são construídas suas habitações definitivas.

O Projeto de Geração de Renda que vem sendo desenvolvido na região de Chico Mendes tem como objetivo favorecer a melhoria econômico financeira da população, visando a capacidade de pagamento dos encargos advindos da implantação do Projeto Habitacional e a conseqüente fixação dos moradores no local. O Projeto tem como principal atividade a criação de cooperativas de prestação de serviços, aglutinando profissionais formados pelos cursos, paralelamente aos demais trabalhadores desempregados, encaminhando-os ao mercado de trabalho, através de uma Central de Serviços.

2.3 Projeto Central de Serviços

O Projeto Central de Serviços foi elaborado pela equipe técnica das Divisões de Geração de Renda e Capacitação Profissional, da Gerência de Geração de Renda e Trabalho em julho de 2001, e iniciou sua operacionalização na comunidade Chico Mendes no primeiro trimestre de 2002.

Este Projeto visa o atendimento dos moradores da região de Chico Mendes, beneficiados com o Projeto Chico Mendes - Programa Habitar Brasil/BID. O Projeto Central de Serviços objetiva oferecer aos moradores da região, em idade produtiva, alternativas de geração de renda, através de cursos de qualificação profissional e formação de um banco de empregos, buscando o desenvolvimento da empregabilidade dos moradores, capacitando-os e treinando-os para sua inserção no mercado de trabalho, através da qualificação da mão-de-obra, incentivo à formação de um núcleo de geração de renda na própria comunidade e sob a gestão coletiva e popular, com a finalidade de não só desenvolver o empreendedorismo individual e coletivo, mas também desenvolvimento da dignidade humana e o resgate da cidadania através do trabalho. (PMF, 2001)

O Projeto Central de Serviços consiste na criação de uma estrutura, em parceria com o Poder Público e a comunidade com a intenção de intermediar os trabalhadores autônomos qualificados, que atuam por conta própria, e o cliente que necessite de prestação de serviços. Busca-se com isso o desenvolvimento sustentável e o auto-gerenciamento da comunidade, através de um centro de referência para contratação da mão-de-obra local, proporcionando o aumento de renda e qualidade de vida para a comunidade. (PMF, 2001)

A Central de Serviços conta com a integração técnica do Projeto Centros de Profissionalização Popular (CPP), composto pelas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/FETESC) e Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), para orientações no planejamento e gerenciamento.

De acordo Medeiros (2001) o Projeto CPP trouxe à tona a discussão sobre novas formas de trabalho e geração de renda por parte da população empobrecida de Florianópolis. Dessa forma, ao acompanhar a Central de Serviços, o Projeto CPP colabora na organização do trabalho informal das comunidades, a partir de cooperativas, associações e grupos de produção/serviços, para a absorção da mão-de-obra qualificada através dos cursos de capacitação encaminhados pela Central de Serviços.

A participação do Serviço Social, a partir de uma estagiária, junto ao Projeto Central de Serviços, se fez importante, pois tal realidade possibilitou articular os conhecimentos teórico-metodológicos apreendidos ao longo da formação acadêmica e tornou possível por em prática os instrumentos técnico-operativos através do compromisso ético-político referentes ao Serviço Social. Contribuiu também para que a Assistente Social responsável pelo Projeto Central de Serviços estivesse, de certa forma, construindo novas formas de leitura da realidade e de intervenção do Serviço Social.

Durante este período, março a dezembro de 2002, foram realizadas atividades de mobilização de lideranças comunitárias, no intuito de despertar seu interesse para o futuro gerenciamento da Central de Serviços; criou-se uma rede de informações com outros programas da PMF, para divulgação do mesmo; atendeu-se e orientou-se os usuários da Central de Serviços, para cursos de qualificação profissional e posterior ingresso ao mercado de trabalho, com a intenção de desenvolver a consciência crítica dos direitos e deveres dos trabalhadores atendidos, ampliando com isso os conhecimentos relacionados entre a teoria e a prática referentes ao Serviço Social.

Para tornar possível a efetivação das atividades citadas, foram utilizados métodos, instrumentos e técnicas como reuniões dos responsáveis pelo Projeto com lideranças da comunidade para integração; entrevistas aos usuários da Central de Serviços para identificar aplicabilidade do Projeto; socialização, durante as entrevistas de conceitos sobre trabalho, cidadania, direitos sociais e humanos; encaminhamentos aos órgãos responsáveis por emissão de documentos, aos usuários que não possuíam, haviam perdido ou precisam renovar a certidão de nascimento, o registro geral (RG), a carteira profissional, o título de eleitor, o cadastro de pessoas físicas (CPF), etc., todos documentos necessários para pleitear uma vaga no mercado de trabalho.

O acompanhamento e avaliação técnicas do projeto foram realizados através de relatórios mensais de todas atividades desenvolvidas na Central de Serviços, encaminhados à coordenação do Projeto, assim como ocorreram reuniões e discussões com equipe técnica e parcerias, para a definição das atividades a serem desenvolvidas. Todo material de atividades ficou registrado através de relatórios, diário de campo e registros fotográficos.

No mês de março, realizou-se no Prédio Habitacional Chico Mendes, uma reunião para apresentação do Projeto Central de Serviços, à qual compareceram técnicos da PMF e os responsáveis pela Central de Serviços, a Gerência de Geração de Renda e Trabalho,

a Coordenação de Ações Sociais do Prédio Chico Mendes, para discutir propostas de enfrentamento do desemprego através de oportunidades de trabalho.

Na ocasião enfatizou-se que a Central de Serviços tem como objetivo atender os moradores da região de Chico Mendes que estão fora do mercado formal de trabalho e inseri-los em atividades produtivas e de geração de renda, onde através do cadastro da mão-de-obra local reconheceria-se o perfil da comunidade e buscando qualificá-los adequadamente para o mercado, com isso melhorando a renda familiar e também profissionalizando os trabalhadores informais.

Em seguida, visitou-se a Associação de Recicladores Esperança (AREsp), localizada no bairro Itacorubi, também na capital, projeto este desenvolvido pela PMF, em parceria com a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) e o CEFET/FETESC. No ensejo apresentou-se o Projeto Central de Serviços a 35 associados, moradores da região de Chico Mendes e buscou-se a colaboração destes na divulgação do Projeto na comunidade.

O SENAI, entidade conveniada ao Projeto CPP, responsabilizou-se pela criação do programa de cadastramento do interessados e pelo treinamento de um grupo de operadores, contando com a presença de técnicos da Central de Serviços, os quais posteriormente repassariam seus conhecimentos aos demais envolvidos, no atendimento informatizado aos moradores da região.

No mês de abril, em reunião com a coordenadora do Centro de Saúde do Monte Cristo, juntamente com representantes da SHTDS, apresentou-se o Projeto Central de Serviços, a ser implantado na região, visando obter o apoio do Centro de Saúde para divulgá-lo junto à sua clientela. Neste mesmo período cedeu-se no Prédio Chico Mendes um espaço para que o atendimento dos usuários do referido projeto fosse iniciado.

A equipe técnica elaborou material informativo, que passou a ser distribuído na comunidade, enfatizando o cadastramento de mão-de-obra das comunidades da região de

Chico Mendes, para criação de um banco de empregos, com o objetivo de formar uma Central de Serviços.

A distribuição dos informativos aconteceu em princípio através do Centro de Saúde do Monte Cristo e de visitas institucionais feitas pela estagiária em creches, escolas e igrejas da comunidade, em virtude de serem locais com grande fluxo de pessoas.

A presença da estagiária no Prédio Chico Mendes despertou o interesse dos moradores que acessavam o local. Com isso, mais pessoas buscavam saber do que se tratava o Projeto Central de Serviços, ao mesmo tempo em que era divulgado por outros meios. Vale ressaltar o desinteresse de algumas pessoas ante o processo de qualificação profissional, sob alegação de falta de tempo disponível para a realização do cadastramento. Em contrapartida, é importante assinalar a animação de outras, a quais lembravam-se de comunicar aos familiares e amigos a respeito da oportunidade aberta pelo projeto.

Apesar do treinamento ter sido executado com sucesso pelo SENAI, não foi possível tornar disponível o atendimento informatizado, pois o equipamento na Central de Serviços não foi instalado, e também a PMF não dispôs de recursos para este fim. Diante de tal dificuldade foi elaborado um cadastro manual (provisório) para atendimento da comunidade (cadastro de parceiros) que foi utilizado durante todo o ano de 2002, no alistamento dos usuários.

A partir de maio, o atendimento passou a acontecer diariamente, sendo que se buscou, através de entrevista com os usuários, despertá-los quanto aos seus direitos e deveres como trabalhadores. Apresentou-se a necessidade da qualificação e/ou requalificação profissional, dentro do atual mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Também em maio, o Conselho Deliberativo, composto pelas entidades conveniadas ao CPP, reuniu-se com a equipe técnica do Projeto, para tomar conhecimento das atividades em andamento. Na

oportunidade foram expostas principalmente as dificuldades encontradas na implantação da Central de Serviços.

Posteriormente foram articuladas apresentações do Projeto Central de Serviços na Comissão do Meio Ambiente, grupo composto por lideranças e moradores da região de Chico Mendes, que participam ativamente dentro da comunidade através da educação e conscientização ambiental, e também com equipes das Frentes Temporárias de Trabalho (junho a agosto), que colaboraram na distribuição dos informativos.

A PMF desenvolveu na comunidade, com recursos do FAT, cursos de qualificação profissional (pedreiro, eletricista, cabeleireiro, jardinagem, patina). Na oportunidade divulgou-se o Projeto para a comunidade, visto que a Central de Serviços ficou responsável pelas inscrições dos interessados, ao mesmo tempo em que foi possível constatar que alguns cursos não se encaixam no perfil da comunidade, sendo necessário um estudo mais aprofundado da mão-de-obra local, tal situação pode ser constatada através do fato de que as vagas oferecidas não foram totalmente preenchidas.

No mês de junho os primeiros cadastros foram feitos na Central de Serviços. Neste momento passou-se ao levantamento de dados dos cadastros realizados, tais registros possuíam informações sócio-ocupacionais dos usuários e o controle de atendimento no caso de encaminhamento para os cursos de capacitação profissional e/ou emprego. Os cursos sugeridos eram registrados e analisados de forma a corresponder às necessidades do mercado de trabalho em Florianópolis, tornando mais fácil o atendimento da clientela da região, assim como possibilitando o mapeamento dos usuários da Central de Serviços.

Diante de uma demanda ainda inexpressiva para a realização de cursos de capacitação, buscou-se, com o apoio da Coordenação do Projeto, novas articulações com demais programas da Prefeitura Municipal, visando uma maior divulgação do Projeto.

Na Ilha da Criança, primeiro local a ser procurado em Florianópolis, em virtude de seus programas atenderem moradores da região de Chico Mendes, foi possível apresentar a proposta de qualificação/requalificação profissional, oferecida às pessoas maiores de 16 anos que residem na comunidade.

Foram acessados os seguintes programas: Apoio Sócio-familiar, Florir Floripa, Liberdade Assistida, Projeto Acorde, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Juizado de Menores e Casa da Liberdade, onde através de contato com Assistentes Sociais, o Projeto Central de Serviços era divulgado, para que mais famílias tomassem conhecimento das oportunidades na comunidade.

O interesse destes programas, que atendem famílias em situação de risco social e econômico foi positivo e, diante disso, a Procuradoria da Infância e da Juventude solicitou cópia do Projeto em contato com a SHTDS, passando a encaminhar interessados à Central de Serviços.

Uma nova visita ao Centro de Saúde do Monte Cristo foi articulada. Na oportunidade, o contato se deu diretamente com as agentes comunitárias de saúde, tendo em vista a proximidade do trabalho destas às famílias/domicílios da região, e a sua facilidade em identificar os moradores desempregados e que necessitassem de requalificação profissional.

Por meio destas articulações foi possível constatar uma nova etapa na Central de Serviços, onde outros usuários procuraram os serviços, e foi possível iniciar o planejamento para execução de cursos de qualificação profissional que poderiam ser oferecidos.

O processo de divulgação da Central de Serviços foi constante durante todo o ano. Diariamente, a procura por informações aumentava, bem como outras instituições que atuam na comunidade demonstraram apoio à criação de um banco de empregos na região, em virtude da necessidade de se qualificar a mão-de-obra local.

Ainda em agosto de 2002 foi oferecida uma sala no Prédio Chico Mendes, para que a Central de Serviços desenvolvesse atendimento, atividade que se estendeu até dezembro. O reconhecimento do Projeto pela comunidade era notório. Mesmo diante das carências financeiras enfrentadas durante todo ano de 2002, essa constatação revelou que a Central de Serviços se inseria no cotidiano da região.

O instrumental utilizado para desenvolver as atividades dentro da região de Chico Mendes compreende o reconhecimento da região a ser trabalhada, identificando suas necessidades em virtude das desigualdades sociais e da pobreza ocasionados pelo desemprego. A Central de Serviços registrou através de um controle de cadastros, um percentual de desempregados ou subempregados, que necessitavam de requalificação profissional e de intermediação com o mercado de trabalho. Segundo Celso Barroso (1994) o subemprego é uma forma especial de desemprego e provavelmente a mais generalizada, o que a torna também a mais perversa pois, caracteriza-se pelo baixo salário e por jornada fora das normas trabalhistas.

A prática de atendimento no ano de 2002 aconteceu através de entrevistas sócio-ocupacionais feitas com os usuários, onde os mesmos eram ouvidos e apresentavam suas necessidades de qualificação profissional e de emprego. Os usuários eram orientados e conscientizados de que o mercado de trabalho exige cada vez mais capacitação profissional e também que a Central de Serviços está objetivando além da qualificação/requalificação, encaminhar contatos com empregadores para que os usuários tenham oportunidades de inserção no mercado.

A Central de Serviços prestou atendimento diário na comunidade, cadastrando os interessados e buscando com isso despertar a comunidade para a necessidade da qualificação/requalificação profissional. A principal preocupação desse esforço foi a inserção

da população desempregada e desqualificada profissionalmente em atividades produtivas e de geração de renda.

Percebeu-se a procura por cursos na área de hotelaria (camareira, lavanderia e cozinha), serviços do lar, zeladoria, identificados no grupo de pessoas que não concluíram o ensino básico, e por serviços de escritório, informática, e idiomas (espanhol) no grupo de pessoas que continua estudando.

Com a divulgação dos dados cadastrais da Central de Serviços, e a solicitação por cursos na região, a Gerência de Geração de Renda e Trabalho, através Divisão de Capacitação Profissional articulou para o último trimestre do ano de 2002, cursos (serviços de escritório e informática), financiados com recursos próprios da gerência, e foi possível oferecer algumas vagas para os usuários da Central de Serviços, interessados nestes cursos.

Até o final do ano de 2002 não foi possível realizar o cadastro de atendimento informatizado de usuários e clientes, e isso dificultou o encaminhamento de mão-de-obra qualificada ao mercado de trabalho. Pois com o atendimento informatizado sendo desenvolvido na comunidade, seria acessada uma segunda etapa de trabalho, o contato com os empregadores. Este contato não foi realizado, pois esperava-se mostrar um atendimento de qualidade, onde o cliente (empregador) se interessasse pelos prestadores de serviços.

Aqueles que participaram do curso oferecido pelo SENAC tiveram seus nomes alocados na rede da instituição para futuros contatos. Do mesmo modo, os usuários que cursavam o ensino médio foram acompanhados até o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), para solicitação de vagas de estágios.

A partir de 2003 a Prefeitura Municipal de Florianópolis pretende aplicar os recursos orçados para geração de renda (contrapartida) na região de Chico Mendes e como isso o atendimento informatizado será instalado na Central de Serviços. Diante do que foi

exposto anteriormente e conforme os propósitos institucionais, o Assistente Social encontra neste contexto perspectivas de atendimento das demandas sociais.

2.3.1 A Intervenção do Serviço Social

Os profissionais das mais diversas áreas, são afetados pelas mudanças do “mundo do trabalho”. Cada profissional precisa incorporar uma postura significativa, ética, com alternativas criativas, e um olhar ilimitado das possibilidades, para o enfrentamento das questões sociais, que atingem principalmente a população empobrecida. Segundo Arcoverde (1999) a questão social “é o substrato que dá fundamento ao Serviço Social, enquanto especialização do trabalho humano”. E a partir de expressões identificadas dentro de um determinado seguimento, houve a inserção do Serviço Social.

Para analisar o processo de trabalho do Assistente Social é imprescindível contemplar quais são os objetos que envolvem a prática profissional. O campo de atuação do assistente social é muito amplo e, no espaço governamental, o Serviço Social se estende às políticas sociais nas áreas da assistência, previdência, relações de trabalho, habilitação em programas de atendimento à infância e ao idoso, executando programas e políticas públicas nas diversas áreas, posicionando-se, em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, com isso,

exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só o executivo, mas que pensa, avalia, pesquisa e decifra a realidade. (IAMAMOTO, 1997, p.31)

O objetivo principal do profissional de Serviço Social está vinculado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, dando enfoque ao exercício da cidadania. O Serviço Social

é uma profissão que tem como um de seus objetivos, lutar pela efetivação dos direitos do cidadão, bem como contribui para a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Diante disso, o Assistente Social tem como preocupação a redução das desigualdades sociais, promovendo a inclusão e garantindo a proteção social. O desempregado é um desprotegido social, que vem sendo reconhecido como destinatário da assistência social e da execução de ações que atendam suas necessidades, sendo que entre suas necessidades destacam-se a de qualificação/requalificação profissional e a criação de uma estrutura de reinserção ao mercado de trabalho.

A crescente demanda imposta pelas necessidades sociais, fez com que o Assistente Social, se tornasse um gestor social, que planeja, administra e implanta as ações que são de interesse público, as quais devem responder às necessidades da coletividade. Com isso, um profissional capaz de entender criticamente a realidade e de intervir de forma a modificá-la.

Segundo Yamamoto (1997), o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho através dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha, nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e de trabalho e outros. O Serviço Social é socialmente necessário por que ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. O profissional de Serviço Social enquadra-se em uma equipe interdisciplinar de suporte e no serviço público insere-se na categoria dos técnicos.

Para Faleiros (1996), o campo do Serviço Social é composto por um cenário cheio de possibilidades. O primeiro cenário enfatiza um Serviço Social aliado aos movimentos populares de transformação social. Esses movimentos sociais e principalmente os populares, atravessam dificuldades de mobilização frente aos desafios econômicos e políticos que

acarretam no desemprego. O vínculo existente entre o Serviço Social e esses movimentos abre espaço para atuação em níveis de prevenção e articulações, dos organismos comunitários com esses movimentos e desses com o Serviço Social.

O Assistente Social ao compor equipes de trabalho no setor público deve voltar a sua ação para as atividades que consolidem a noção de bem público, garantindo a qualificação profissional dos usuários como estratégia de prestação de serviços de qualidade a população. A presença dos assistentes sociais deve assegurar o espaço necessário para que os usuários compreendam o seu papel e a necessidade de se aliarem (unirem) como forma de obter respostas do Estado às suas demandas.

Para a realização desta atividade é necessário o comprometimento do profissional, através da orientação e da informação, bem como atendimento funcional para enfrentamento das dificuldades geradas no cotidiano. Faz-se importante lembrar que o trabalho deve ser realizado com transparência, garantindo que o usuário possa ser atendido na mesma dimensão em que busca atingir seus objetivos.

Durante o período de estágio o acadêmico testa sua capacidade reflexiva, e sua capacidade de vislumbrar com qualidade aquela situação específica, com os recursos existentes. A intervenção do Serviço Social no Projeto Central de Serviços se deu como uma ação sócio-educativa, feita através da realização de entrevistas sócio-ocupacionais e orientações para cursos de qualificação, dando condições de pleitear acesso ao mercado de trabalho.

O trabalho do Assistente Social consiste na execução de uma política social com vistas à qualificação profissional. A intervenção deu-se através de atuação direta, utilizando-se de abordagens individuais (no momento do cadastro) e grupais (quando da execução dos cursos), dando condições para que o sujeito pudesse exercer o direito de ter um trabalho digno, de tal forma a poder suprir suas necessidades.

As ações desenvolvidas durante o período de estágio foram de orientação, que consistia basicamente em estar levando ao usuário, os seus direitos ligados aos serviços disponíveis pela PMF em relação a Central de Serviços e também quanto aos seus direitos garantidos por lei (CF/88, LOAS).

Desenvolveu-se um trabalho com redes, de informação quanto aos objetivos do Projeto, feito para garantir o acesso aos moradores da região nos serviços da Central, pois segundo Miotto (2000) é preciso considerar dois tipos de rede, as primárias (membros da família ou vizinhos, conhecidos dos usuários) e as redes secundárias (instituições sociais). Esta ação consiste em acionar estas redes através de telefonemas, visitas ou ofícios, para que os usuários tomem conhecimento dos serviços disponíveis na região. E também contou-se com a informação, baseada na comunicação, feita através da transmissão de conhecimentos que auxiliam o usuário na utilização dos serviços, bem como na realização dos cursos.

De acordo com Medeiros (2001) o Assistente Social, muitas vezes, deve acompanhar *in loco* a realização dos cursos profissionalizantes com o objetivo de zelar pela qualidade dos mesmos e de motivar os cursistas para a sua conclusão. Sendo feito por meio de visitas aos locais dos cursos, em discussões com lideranças sobre as atividades dos projetos.

Nestas visitas procura-se saber se quando encaminhados aos cursos, os usuários são bem atendidos, despertando sua consciência crítica e sua participação como cidadão. Durante a execução dos cursos profissionalizantes, o Assistente Social torna-se o mediador entre os usuários e os órgãos executores, podendo dar-se através de contatos com os usuários, a fim de monitorar as atividades e articular recursos e conhecimentos, além de mobilizar as entidades executoras e comunitárias. O monitoramento das atividades deu-se à medida em que as ações foram efetuadas, com o objetivo de avaliar se os resultados previstos estão sendo alcançados.

Justifica-se, dessa forma, a participação do Assistente Social neste processo, que se dá como um interlocutor das reais necessidades da comunidade e que busca condições de atendê-las, através da aplicação de todo seu instrumental de trabalho e da implementação de Políticas Sociais.

3 UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO PROJETO CENTRAL DE SERVIÇOS

Este capítulo trata do relato e interpretação das respostas obtidas junto aos entrevistados da pesquisa, para identificar, como diz o título, as possibilidades e os desafios do Projeto Central de Serviços, desenvolvido na região de Chico Mendes.

3.1 Procedimentos de pesquisa

A pesquisa foi elaborada com base no registro da opinião, quanto ao Projeto Central de Serviços, dos técnicos envolvidos em sua elaboração, dos representantes das entidades conveniadas ao Projeto CPP e dos usuários da Central de Serviços que acessaram cursos de qualificação profissional no final do ano de 2002. A pesquisa foi realizada de 30 de novembro a 15 de dezembro de 2002.

O meio utilizado para a definição do campo amostral de técnicos e parceiros foi acessar todos os envolvidos no processo. Foram entrevistados os quatro técnicos da Gerência de Geração de Renda e Trabalho que elaboraram o Projeto Central de Serviços e três representantes das entidades conveniadas ao Projeto CPP, sendo elas SENAC, CEFET/FETESC e UNISUL, bem como os usuários dos cursos.

Os seis usuários entrevistados foram escolhidos aleatoriamente de um universo de doze pessoas, participantes dos Cursos de Serviços de Escritório e de Informática, que aconteciam no momento da pesquisa e também por estarem desempregados em busca de uma vaga junto ao serviço de intermediação de mão-de-obra da Central de Serviços. Foi mantido o anonimato dos usuários que responderam a pesquisa, por ser desnecessária a identificação

individual para o tipo de pesquisa realizada e também por deixar os entrevistados mais a vontade quanto às suas respostas.

A realização desta pesquisa dá-se mediante a necessidade de identificar a importância do projeto de geração de trabalho e emprego desenvolvido numa comunidade de periferia, visto que os programas e/ou serviços públicos no município de Florianópolis vêm tornando-se poucos para atender a demanda crescente de questões sociais, como a realidade de desigualdades e exclusões vivenciadas pelos moradores da capital.

Nesta pesquisa adotou-se o método qualitativo, que caracteriza-se como sendo uma pesquisa de avaliação de resultados (de análise das respostas obtidas com as entrevistas). A escolha do método qualitativo deu-se mediante a percepção de que este método é uma forma adequada para poder entender a relação de causa e efeito entre a operacionalização do Projeto Central de Serviços e os resultados alcançados ao longo do ano de 2002.

a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados pôr grupos sociais, apresentar contribuição no processo de mudança, criação ou formulação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (Oliveira, 1997, p. 117).

A pesquisa desenvolvida junto aos entrevistados foi implementada mediante uma entrevista semi-estruturada, que parte de certos questionamentos, que oferecem amplo campo de interrogativas e possibilidades, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1994). E diante disso, tomar conhecimento das possibilidades de enfrentamento dos desafios do Projeto Central de Serviços.

3.2 Resultados da pesquisa

O material coletado na ocasião foi disposto em categorias de respostas, segundo a ligação dos entrevistados com o Projeto, a saber: técnicos, parceiros e usuários. As informações e opiniões levantadas serviram como material de análise para o presente trabalho, que foram expostas a seguir.

3.2.1 Técnicos

As questões elaboradas tiveram como objetivo identificar a necessidade da elaboração do Projeto e do conhecimento necessário para tal, tanto técnico quanto das características da região em geral. Buscou-se, ainda, sugestões na implementação do Projeto.

As razões que indicaram a necessidade de elaboração do Projeto Central de Serviços, segundo a fala dos técnicos, foram: o compromisso da PMF na contrapartida do Projeto Chico Mendes - Programa Habitar Brasil/BID (geração de renda por meio da gerência correspondente), a urgência na capacitação profissional dos moradores, ante uma realidade de desemprego, subemprego e baixo poder aquisitivo que permeia a região e ainda, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida das famílias.

Segundo eles, não havia muitas informações sobre a área de atuação. O que possuíam na ocasião da elaboração do Projeto era um questionário realizado pelas assistentes sociais já atuantes no local, que demonstrava em parte os anseios da comunidade. Não havia dados estatísticos com informações sobre mercado de trabalho nas regiões próximas, o que prejudicou os trabalhos.

Mesmo com poucas informações, segundo os técnicos, iniciou-se a elaboração do Projeto, cuja atividade inicial seria o cadastramento dos interessados num banco de empregos

e o oferecimento de cursos de qualificação e requalificação profissional, para aprimoração dos conhecimentos e uma posterior inserção no mercado de trabalho.

Sobre a viabilidade do Projeto Central de Serviços, os indagados responderam afirmativamente, listando, no entanto, medidas a serem tomadas previamente e condições a serem observadas. Desde que, realmente invista-se em capacitação e crie-se mecanismos de encaminhamento ao mercado de trabalho, bem como haja acompanhamento técnico constante e infra-estrutura adequada, o Projeto poderá ser implementado, uma vez que são fundamentais a preparação e a capacitação da mão-de-obra local. Assim, conseqüentemente, através da PMF seriam criados vínculos sólidos com empresas as quais absorveriam boa parte da mão-de-obra qualificada.

Como sugestão para a melhoria, destaca-se a orientação rumo à organização de grupos de produção e à criação de um mecanismo para o seu escoamento, sendo fundamental o empenho das cinco entidades parceiras do Projeto CPP (PMF, SENAC, SENAI, CEFET/FETESC e UNISUL), para a consecução desse fim.

Aliado a isso, parcerias com empresas, contatos e convênios com universidades e/ou entidades executoras de cursos de qualificação profissional, assim como a realização de seminários e palestras que objetivem a organização de grupos de produção, são outras propostas dos técnicos.

Outro ponto levantado seria aproveitar os recursos do FAT para realização de cursos com carga horária adequada às necessidades dos moradores interessados, juntando a eles informações específicas sobre Florianópolis, por se tratar de uma cidade turística (visto que a maioria das famílias provêm de outras regiões do Estado, ignorando tais peculiaridades) e também noções de empreendedorismo. Tudo isso acompanhado por uma assessoria jurídica para a defesa dos interesses da Central de Serviços.

Todavia, os técnicos ressaltaram que ainda falta muito a ser feito no Projeto para a efetivação dos objetivos traçados. É compreensível, mesmo assim, que o processo seja lento, em decorrência do pouco envolvimento dos parceiros e do reduzido investimento de recursos financeiros no momento.

3.2.2 Parceiros

Os questionamentos dirigidos aos representantes das entidades conveniadas evidenciaram seus conhecimentos quanto ao Projeto Central de Serviços e quanto à região em questão, sobre os motivos da inserção da entidade no Projeto, bem como sobre a sua atual participação nas atividades e sobre a viabilidade dos esforços, estes foram respondidos da maneira que se expõe a seguir.

O fato de uma das entidades não ter apresentado resposta para a pesquisa não obsta a compreensão das constatações feitas por meio da participação das demais. Em geral, os parceiros expressaram que a iniciativa da Central de Serviços visa oferecer oportunidades para os moradores da região, onde, num primeiro momento esta se encarregaria de estruturar o sistema e, posteriormente, este seria gerido por profissionais autônomos organizados. Em outras palavras, o empenho das entidades (bem como da PMF) seria um estímulo inicial aos usuários, que passariam a administrar a Central de Serviços.

Para os parceiros, a estrutura deveria objetivar a garantia e a segurança de serviços especializados, proporcionando confiabilidade ao cliente que solicita os trabalhos. O Projeto seria, pois, uma rede de serviços, tanto abrindo perspectivas para os moradores que têm qualificação, quanto também criando condições de capacitação profissional àqueles que dela necessitam.

As entidades conveniadas mencionaram que a entrada das instituições no Projeto Central de Serviços deu-se em decorrência da parceria no Centro de Profissionalização Popular (CPP) junto a PMF e na posição destas em colaborar na elaboração e execução de programas e projetos sociais, devendo trocar informações frequentemente sobre o andamento do projeto e ainda participando das tomadas de decisões.

Ao serem indagados quanto a sua participação atual no Projeto Central de Serviços, os parceiros afirmaram estar colaborando no apoio técnico e na assessoria do gerenciamento do projeto, ao mesmo tempo em que expressaram o interesse de participar mais ativamente do processo.

Consideram viável a execução do Projeto na região de Chico Mendes, apesar de não disporem de um profundo conhecimento das comunidades. Defendem, ao menos em tese, a idéia de uma Central de Serviços, pois trata-se a região com um espaço sem prospectos de expansão para além de seus limites territoriais, o que, entre outros fatores já mencionados, contribui para o planejamento a médio e longo prazo das ações a serem desempenhadas.

Como sugestões ao conteúdo e objetivos do Projeto, apontam a definição de regras mais claras de funcionamento e a montagem de uma estrutura operacional na região, que chame a comunidade e lhe ofereça os serviços necessários, bem como organize todo o ambiente operacional, a seleção de pessoal, o treinamento dos usuários e a divulgação da Central de Serviços na cidade.

3.2.3 Usuários

A importância de ouvir os usuários dá-se por serem estes os maiores beneficiados com a implementação do Projeto. Priorizou-se identificar o que era de seu conhecimento quanto ao Projeto, assim como suas expectativas futuras.

Os usuários da Central de Serviços informaram ter tomado conhecimento da existência do Projeto através do trabalho de divulgação desenvolvido ao longo do ano, seja pelo contato com a estagiária, presente diariamente no Prédio Chico Mendes, seja por intermédio de familiares, amigos e agentes comunitárias de saúde, que também colaboram com a propaganda na comunidade.

O Projeto significa, para estes, a criação de novas oportunidades de emprego, de acesso à cursos profissionalizantes e a oferta à comunidade de melhores condições de preparação para o mercado de trabalho. Foi unânime a opinião de que, com a Central de Serviços na comunidade, os moradores da região têm mais facilidade de participar de cursos de capacitação, o que anteriormente, não acontecia devido à falta de recursos e de poucas informações. A amplitude do Projeto pode ser buscada nos benefícios que este trouxe aos que almejam um futuro melhor, através do acesso ao mercado de trabalho.

Ainda, é ponto de vista comum entre os usuários entrevistados, a importância da Central de Serviços na comunidade, e a necessidade de sua permanência. Esta, por sua vez, constitui-se num meio de acesso da comunidade, através da qualificação profissional, ao mercado de trabalho. Consideram, entretanto, que o contato das empresas com os profissionais qualificados, feitos através da Central de Serviços precisa ser agilizado no próximo ano.

A crítica dos usuários quanto ao Projeto Central de Serviços dirige-se à precária forma de divulgação desenvolvida na região, mesmo tendo afirmado anteriormente a sua ciência a respeito da Central de Serviços deu-se por meio desta. Acreditam que, apesar disso, muitos moradores ainda desconhecem a Central de Serviços, e que a demanda teria sido maior. Outros usuários sugeriram também que a oferta de cursos, tanto em relação ao número de cursos como ao tipo de cursos oferecidos deve aumentar.

Em virtude dos entrevistados estarem participando de curso de qualificação profissional, foi-lhes questionado se este atendia seus interesses. A resposta consensual direcionou-se à opinião de que, através do curso, uma melhor preparação para o mercado de trabalho era experimentada, aumentando as chances de pleitear empregos. Além do mais, os cursos acessados promoveram mudanças de idéias e de comportamentos, à medida que ensinaram de maneira acessória (implícita) o enfrentamento de situações adversas, juntamente à tomada de consciência de seu espaço no mercado de trabalho.

O que os motivou a participarem de um curso profissionalizante foi principalmente a exigência do mercado (que busca cada vez mais profissionais qualificados), aliada ao anseio por uma vida melhor.

Os usuários entrevistados continuam estudando e buscam concluir o ensino médio. Muitos pretendem ajudar a família e ressaltaram que passam por dificuldades para concluir seus objetivos e fugir das oportunidades da ilegalidade.

3.2.4 Comentários

Ante o exposto, reflexo da opinião dos envolvidos no Projeto, faz-se necessária a realização de reuniões avaliativas e decisórias, entre os parceiros e a PMF. Registra-se a importância de um maior entrosamento entre as entidades envolvidas na gestão das atividades, visando a obtenção de resultados mais concretos nos anos a seguir.

Uma proposta seria avançar com o processo através de uma maior mobilização da comunidade, assim como o levantamento da situação atual em relação ao mercado e à mão-de-obra disponível na região.

Os entrevistados também lembraram da falta de recursos para a viabilização do Projeto Central de Serviços, o que ocasiona uma série de dificuldades, em virtude de ser uma

idéia inovadora para a região. Vale lembrar, diante dessa constatação pertinente, que a escassez não diz respeito exclusivamente aos recursos financeiros, mas também a de pessoal e material de expediente. A precariedade dos serviços prestados deve-se em grande parte a essa falta.

Por outro lado, justamente por ser um projeto pioneiro, ainda não estão claras algumas regras de funcionamento, fato que contribui para a situação descrita anteriormente. Cabe, pois, aos envolvidos buscar alternativas que venham aprimorar o trabalho desenvolvido e atingir o objetivo do Projeto Chico Mendes - Habitar Brasil/BID, qual seja: gerar para a comunidade condições de cumprir com os encargos advindos do financiamento das habitações.

Outra constatação que se faz importante neste ponto, tendo em vista todos os interesses e objetivos do Projeto, é a dificuldade de ingresso da população local no mercado de trabalho em decorrência de sua baixa escolaridade, informação já conhecida quando da elaboração do Projeto e confirmada no momento do levantamento de dados na Central de Serviço. A grande maioria dos usuários não concluiu o ensino fundamental. Fato grave este, se deparado com as informações do Sistema Nacional de Emprego (SINE), datadas do ano de 2002, que indicam a conclusão do ensino fundamental como requisito básico para a obtenção de uma vaga no mercado de trabalho em Florianópolis. Este seria outro grande desafio a vencer.

Torna-se pertinente expor, ainda neste sentido, que a maioria dos usuários da Central de Serviços são jovens em busca do primeiro emprego, cercados de dificuldades de ingresso no mercado de trabalho (45% dos que ocupam a faixa de 16 a 24 anos encontram-se desempregados). Sem emprego, sem escola e sem perspectiva de futuro, a perda da esperança torna-se inevitável, abrindo um largo caminho para a violência, o crime e as drogas.

Por último, algo que contrariou relativamente as tendências dominantes foi a percepção, na região, da disposição tanto de espaço físico quanto de pessoal capacitado a desenvolver grupos de produção. Durante o ano de 2002, por exemplo, aconteceu no Prédio Chico Mendes um curso para produção de presépios natalinos (produção artesanal). Todavia, em virtude de alguns dos problemas levantados, não se investiu na continuidade deste empreendimento.

As dificuldades são grandes e os desafios ainda maiores. O contorno desta situação se faz urgente. Os esforços para tal são oportunamente reconhecidos na presente análise, como possibilidades de desenvolvimento do Projeto e da região. Mas, há muito ainda que se trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil continua sendo um dos campeões em desigualdades na distribuição de renda no mundo. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE/99, os 10% mais ricos concentram cerca de 50% da renda nacional. E o desemprego é uma das características mais sérias desse padrão de acumulação.

Em um momento de incertezas quanto à posição do setor público no que se relaciona às políticas sociais, mesmo após a eleição de um representante popular para a Presidência da República, a preocupação é presente e necessário se faz refletir sobre o assunto, tamanha sua relevância.

Este estudo não teve a pretensão de delinear conclusões definitivas a respeito do **Trabalho e Emprego**, por se tratar de um processo ainda em construção e desenvolvimento, passível de muitas e constantes transformações. O objetivo consistiu-se em analisar as possibilidades e desafios do Projeto Central de Serviços, que se propõe a apresentar perspectivas orientadas no sentido oposto ao modelo excludente que vige atualmente, baseado numa exacerbação dos princípios e leis do mercado. Em virtude disso buscou-se com a pesquisa identificar a importância do projeto de geração de trabalho e emprego, desenvolvido numa comunidade de periferia e com isso buscar alternativas através do trabalho, para promoção da melhoria das condições de vida das famílias da região atendida.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis iniciou seus trabalhos na área urbanística da região, e identificou que o problema habitacional não se resolve apenas com construção de moradias. Não obstante tornou-se imprescindível a implementação de políticas sociais de inclusão. Diante disso, a administração municipal buscou o Serviço Social para atuar na difícil tarefa da inserção profissional e social dos moradores da região de Chico Mendes. Tal cenário

é marcado por um esforço de intervenção em casos, sendo que em muitas ocasiões cabe ao Serviço Social a responsabilidade de enfrentar os vários problemas existentes, inclusive os decorrentes da pobreza e do desemprego. No entanto um desafio se apresenta: como enfrentar tal situação em um quadro de escassez de recursos destinados à área social?

O Projeto Central de Serviços procurou obter credibilidade através de uma atuação ética e responsável por parte dos diretamente envolvidos (coordenação e estagiária) em sua execução. Através do resultados obtidos procurou-se ampliar a qualidade dos serviços e oferecer serviços que viessem ao encontro às expectativas e demandas da parcela interessada da população. Para tal também buscou-se (ainda que nem sempre com êxito) pela realização de outras parcerias junto a programas/projetos da PMF, entidades e organizações não governamentais, visando ampliar aos usuários as condições de acesso e as garantias de seus direitos.

As políticas sociais de trabalho e emprego são complementares à política de Assistência Social. Dentro desta perspectiva, considera-se importante romper com as propostas simplistas para o enfrentamento do desemprego, emanadas do contexto capitalista contemporâneo, realizadas a partir de um enfoque que considera que é suficiente oferecer ao desempregado treinamento profissional e algum financiamento, para ele começar um negócio por conta própria.

A qualificação profissional, em si e por si mesma, não cria empregos mas é indispensável na promoção da inclusão social, pois agrega valor ao trabalho e ao trabalhador, aumentando suas chances de obter e manter uma ocupação. Por outro lado, torna as empresas mais competitivas e o trabalhador mais competente.

Em contrapartida, se todos os trabalhadores desempregados somente se limitassem a incrementar seu nível de qualificação, o único resultado seria uma concorrência mais intensa entre eles, com provável queda dos salários. Para resolver o problema do

desemprego é necessário oferecer aos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reintegrar na economia por sua própria iniciativa.

E uma solução sensata para o referido problema seria criar um setor de reinserção produtiva, através de cooperativas de produção e de consumo, das quais se associaria a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com atividades incertas.

Da análise dos dados obtidos com a pesquisa, percebeu-se que foram proporcionadas condições de reflexão e indicativos de ações que visam a melhoria da prestação dos serviços para a região atendida.

A partir da análise deste estudo, pode-se colocar como sugestões:

- a) a busca da implementação do trabalho em rede dentro da PMF (programas das secretarias), havendo uma infra-estrutura mínima que vise garantir a eficiência, eficácia e efetividade de aplicação das políticas sociais,
- b) a necessidade de se conhecer amplamente a região a ser trabalhada, bem como suas carências e potencialidades,
- c) a importância de um maior entrosamento entre as entidades envolvidas na gestão das atividades,
- d) o estabelecimento de regras de funcionamento mais específicas na gestão do Projeto, para que não se repitam antigas dificuldades,
- e) o trabalho em parceria com a Secretaria da Educação, para promoção/conscientização de conclusão do ensino escolar,
- f) o desenvolvimento de projetos que atendam o público jovem interessado em qualificação profissional e preocupados com o acesso ao primeiro emprego,
- g) a realização de investimentos na área de recursos humanos no Projeto, para que se efetue com diligência o proposto. Vale ressaltar também que na atual gestão, atender as políticas de trabalho e emprego (no caso) é imprescindível o

acompanhamento técnico em tempo integral na região, visto que são mais de mil famílias beneficiadas com o Projeto Habitacional e que, conseqüentemente muitas destas famílias devem ser atendidas pelo projeto de geração de trabalho e emprego,

- h) Vale ressaltar como sugestão investigar as expectativas da comunidade com relação a Central de Serviços e outras propostas de geração de renda para a região.

Provavelmente algumas dessas considerações já estejam sendo motivo de avaliação e até mesmo poderão se tornar prioridade para o ano de 2003, no entanto, cabe destacar que não basta serem elas objeto de aspirações comuns, sendo pertinente uma reestruturação organizacional.

A experiência descrita neste trabalho representa um espaço para intervenção profissional do Serviço Social, que foi e deverá ser orientado pelo compromisso ético-político em favor da equidade, da justiça social e na ampliação e consolidação da cidadania das classes trabalhadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Susana. **O que é trabalho?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVES, Edgard. **Modernização produtiva e relações de trabalho.** Perspectivas políticas públicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Crise capitalista contemporânea e as transformações do mundo do trabalho.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília:CFESS/ABEPSS/Cead/UnB, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão Social no Brasil e Serviço Social.** In: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social. Módulo 2. Brasília. CFESS. UnB, 1999.

BAGOLINI, Luigi. **O trabalho na democracia:** filosofia do trabalho. Tradução de João da Silva Passos. São Paulo: LTR, 1981.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)
<<http://www.iadb.org/exr/por>> Acesso dia 04/02/03

BARBOZA, Cícero Ricardo França. **Empregabilidade e Geração de Renda:** estratégias para a formulação e implementação da política pública de qualificação profissional a partir da experiência de SC. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas.** Tradução Marcus Pinchel. RJ:Zahar, 1999.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Dos Direitos e Garantias Fundamentais.** Cap. II. Dos Direitos Sociais. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BROLLO, Milton Xavier. **Geração de emprego e renda em empreendimentos de pequeno porte e microempreendimentos.** Dissertação de mestrado. Curso de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho.** São Paulo: Moderna, 1992.

CATAPAN, Araci Hack. **Trabalho e consumo:** para além dos parâmetros curriculares. Florianópolis: Insular, 1999. 120p.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)
<<http://www.cut.org.br>> Acesso em outubro de 2002.

COHEN, Ernesto. FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COLIN, Denise. FOWLER, Marcus B. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social anotada**. São Paulo: Veras, 1999.

LOAS. **Lei Orgânica da Assistência Social** - Lei 8.742 de 07/12/93. In: Coletânea de Leis. 2ª ed. CRESS 12ª Região - Santa Catarina, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Serviço Social: questões presentes para o futuro**. In: Serviço Social e Sociedade n.50. São Paulo: Cortez, 1996. p.09-39.

FARIA, Kelly Cristina S. Jacques de **Relatório de Intervenção**. USFC. Set./2002.

GÉNÉREUX, Jacques. **O horror político: não é horror econômico**. Tradução Floá Jacobina. 3ªed. RJ:Bertrand Brasil, 2000.

GRAVE, Fátima. **Trabalho, desemprego e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade. n.69. São Paulo: Cortez, 2002. p.73-103.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. CRESS 3ªregião. (Gestão96-99). Fortaleza, dez/1997.

IANNI, Octávio. "A **Questão Social**". In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Seade, 1991. p. 2-10.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso dia 11/10/02.

LEITE, Celso Barroso. **O século do desemprego**. São Paulo:LTR, 1994.

LUFT, Celso Pedro. **Mini dicionário Luft**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

MARTINELLI, Rosana. **As (res)significações da cidadania e da democracia em face da globalização**. In: Revista Kátalysis. n.5. Fpolis: Editora da UFSC, 2001. p. 11-22.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 16ª ed. RJ:Civilização Brasileira, 1998.

MEDEIROS, Gelton. **Gerenciamento Social: Um estudo de caso**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviços Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, jun/2001.

MENEGASSO, Maria Ester. **O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica**. In: Revista de Negócios. v. 5, n. 1 - FURB. 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)
<<http://www.mtb.gov.br>> Acesso dia 11/10/02

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **O Trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços.** In: *Katálysis*. v.5, n.1. Fpolis: Editora da UFSC, 1997. p.51-58.

MOTA, Ana Elizabete. **Trabalho.** Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3 - Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, continuada a distância, 2000, p. 167-180.

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de Metodologia Científica.** São Paulo: Pioneira, 1997.

PAIVA, Beatriz Augusto. **Assistência Social e Políticas Sociais no Brasil - configuração histórica, contradições e perspectivas.** In: *Revista Kátalysis*. n.4. Fpolis: Editora da UFSC. 1999. p. 12-34.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". In: *Serviço Social e Sociedade*. n.53. São Paulo: Cortez. 1997. p. 80-100.

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS). Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Fpolis, 2002-05.

POCHMANN, Márcio. **O desemprego no capitalismo.** Trocando em Miúdos. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.52. São Paulo: Cortez. 1996. p. 165-167.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF) **Projeto Central de Serviços.** Fpolis, jul/2001.

Programa Habitar Brasil/BID. **Projeto: Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário da Região de Chico Mendes - Projeto Social.** Volume VII. PMF/SHTDS. Fpolis, 2000.

SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE STA CATARINA (SEBRAE) < <http://www.sebrae-sc.com.br> > Acesso em novembro de 2002.

SILVA, Maria Lopes da. **A origem e evolução histórica no Brasil.** In: *Previdência Social: um direito conquistado.* SINTSPREV - MA - CUT. 1995

SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (SINE)
< <http://www.sine.sc.gov.br> > Acesso em novembro de 2002.

TELLES, Vera Lúcia. **Questão Social: afinal, do que se trata?** In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. n.4. São Paulo, 1996.

UFSC. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda: Novos Paradigmas.** Laboratório de Ensino a Distância: Capacitação para conselheiros de trabalho e emprego. Florianópolis: LED, 2002. 120p.

VIEIRA, Evaldo. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos.** In: *Serviço Social e Sociedade*. n.53. São Paulo: Cortez, 1995. p. 67-73.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Projeto Chico Mendes (material informativo)

ANEXO B – Mapa da Região de Chico Mendes

ANEXO C – Projeto Central de Serviços

ANEXO D – Guia Básico de Operação (atendimento informatizado)

ANEXO E – Cadastro utilizado pela Central de Serviços

ANEXO F – Convênio CPP

ANEXO G – Roteiro de Entrevistas

ANEXO H – Fotografias

ANEXO A



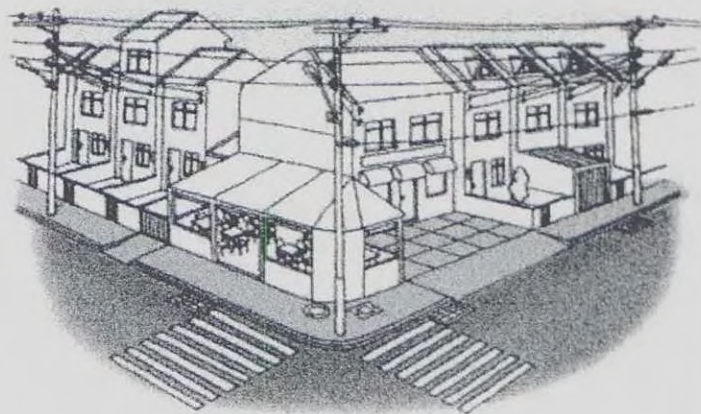
PROJETO CHICO MENDES

PROGRAMA HABITAR
BRASIL/BID

Tire aqui suas dúvidas.

1) O que é este projeto?

O Projeto Chico Mendes faz parte do programa habitacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, chamado Bom Abrigo, e envolve recursos do



município, do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Projeto Habitar Brasil/BID busca melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem nas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, localizadas no bairro Monte Cristo.

As famílias serão beneficiadas com melhorias no sistema viário, saneamento básico, iluminação pública, construção de creches, moradias e área de esporte e lazer, mudando para melhor a vida nas comunidades.

2) Por que a área do Chico Mendes foi escolhida para desenvolver o projeto?

A Prefeitura, através do plano de desenvolvimento integrado do município, considera a região do Chico Mendes muito importante para o desenvolvimento de toda a cidade e como ponto de ligação com os municípios vizinhos.

O Projeto Chico Mendes conta, ainda, com a parceria das associações de moradores das três comunidades, considerando os seguintes aspectos:

- tamanho da área;
- sistema viário;
- sistemas de abastecimento de água e iluminação pública;
- número de pessoas que vivem na comunidade;
- sistema de ocupação da terra (tamanho e irregularidade dos terrenos);
- qualidade das construções das moradias (drenagem pluvial);

- dificuldade de acesso de veículos de emergência: ambulância, caminhões do corpo de bombeiros, taxi, etc.
- setores de comércio e serviços instalados na região: padarias, farmácias, supermercados, bulacharias, cabelêlerias, etc.
- serviços públicos de atendimento na cidade: postos de saúde, escolas, creches, etc.
- serviços religiosos que atuam na região, e
- os moradores e suas famílias.

3) Em quanto tempo o projeto será executado?

A obra está sendo implantada em etapas e sua conclusão está prevista para o ano de 2003.

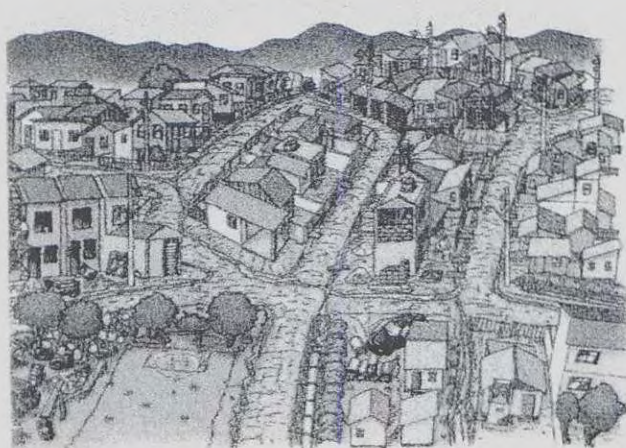
4) Quantas famílias serão beneficiadas?

Serão atendidas, através de diversas ações, cerca de 1.100 famílias nas três comunidades.

5) Que melhorias prevê o projeto?

Estão previstas ações importantes nas comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória tais como: **regularização:** dos terrenos e das novas construções através de titulação (esrituro pública); **urbanização:** abertura, alargamento, drenagem e pavimentação de ruas, ampliação e melhoria das redes de água, esgoto e energia elétrica além da iluminação pública.

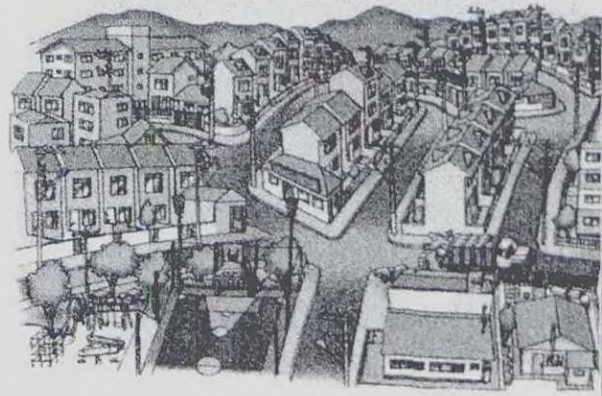
Haverá também melhoria na coleta de lixo, já que o acesso dos veículos coletores será



facilitado. **unidades habitacionais:**

serão construídas 26 módulos sanitários (banheiros) e pontos de água e recuperadas 61 habitações, além da construção de 425 novas moradias para famílias que vivem em situação precária de moradia que serão atendidas

pelas obras previstas no projeto **desenvolvimento comunitário:** serão construídos dois centros comunitários, uma creche e um parque infantil. A quadra de esportes será coberta e serão feitas melhorias na área de lazer da comunidade. Além da construção de espaços para geração de renda. Também foi construído um Posto de Saúde para atendimento aos moradores da região;



projeto de desenvolvimento

social: ações de Educação Sanitária e Ambiental, de organização comunitária e capacitação e geração de renda, com espaço para oficinas de formação e capacitação de mão-de-obra.

REMANEJAMENTO DAS FAMÍLIAS E ABRIGOS PROVISÓRIOS

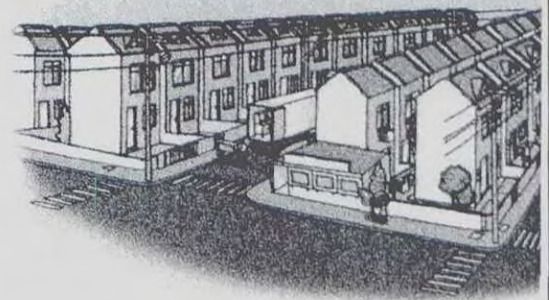
6) As famílias irão permanecer na mesma área e na mesma situação de vizinhança?

Sempre que possível, serão mantidas as relações de vizinhança e a proximidade com a antiga residência.

7) Quem não aceitar o Projeto tem que sair assim mesmo?

A justificativa mais importante do projeto está sustentada no interesse coletivo, que deve estar acima do interesse individual.

É possível e provável que alguns não aceitem o projeto por interferir nos seus planos em nível pessoal ou familiar. Neste caso, o projeto prevê mecanismos de negociação, através de indenização e compensação.



8) O que são abrigos provisórios?

São espaços de moradia provisória que estão sendo construídos para abrigar as famílias que serão atingidas pelas obras que vão acontecer nas três comunidades durante o período de construção das moradias definitivas.

9) Quantos abrigos provisórios estão sendo construídos?

Estão sendo construídos 68 abrigos junto ao 10º Batalhão da Polícia Militar numa área próxima às comunidades. Os outros 32 apartamentos, construídos pelo programa anterior (Habitar Brasil) na Comunidade Chico Mendes, continuarão servindo de abrigos provisórios.

10) Quanto tempo as famílias vão permanecer nos abrigos até poderem ir para suas casas?

O tempo de permanência das famílias nos abrigos fica condicionado à conclusão de cada etapa.

11) Qual é o tamanho dos abrigos provisórios?

Cada abrigo provisório mede 25m² e é formado por um quarto para o casal, um banheiro e uma sala conjugada com a cozinha, além do sótão que poderá ser aproveitado para dormitório. Cada família terá um quintal e jardim delimitado com muro. Caso a família seja muito grande, poderá ser ampliada o espaço do sótão ou destinadas duas unidades para a mesma família. No local dos abrigos provisórios será construída uma área de lazer comunitário, com parque infantil dotado de diversos aparelhos, quadra de esportes e praça com bancos e mesa de jogos.

12) Quem irá para os abrigos?

As famílias cujas casas serão atingidas pelas obras previstas no Projeto ou que se encontrarem em situação de risco. À medida em que as casas dessas famílias forem ficando prontas, as famílias serão transferidas para a moradia definitiva, de acordo com cada etapa prevista.

13) Como será feita a transferência das famílias?

As famílias serão visitadas por técnicos da Prefeitura e representantes da Comunidade, que irão confirmar as informações dos recadastramentos de 1998 e 2000 e farão a avaliação do imóvel e as negociações necessárias.



O IMÓVEL ANTIGO E AS INDENIZAÇÕES

14) Qual a garantia de que as indenizações serão justas?

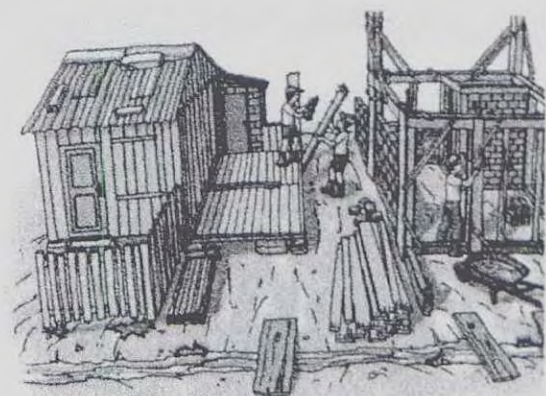
Foi constituída uma comissão especial de técnicos da Prefeitura para fazer as avaliações a qual será acompanhada por representantes da Comunidade. Os moradores serão chamados para conhecer o resultado da avaliação e negociar o valor apurado antes da transferência para o antigo provisório.

15) Quais os critérios para a avaliação do imóvel antigo?

O valor da indenização vai depender da área do imóvel antigo, do material usado nos acabamentos e do estado de conservação do imóvel.

16) A Prefeitura vai pagar a indenização? Como isso será feito?

A indenização será feita através de abatimentos no financiamento da nova casa. Os casos de indenização em dinheiro estão previstos para as famílias que não quiserem permanecer na área ou quando o valor da moradia anterior for maior que o valor da nova moradia.



Este procedimento garante a família o retorno dos investimentos realizados no imóvel antigo.

17) O que acontecerá com a moradia antiga quando a família for para o abrigo provisório?

A antiga moradia será demolida, e o lugar será urbanizado através da construção de sistema viário e equipamentos comunitários. A moradia será reconstruída conforme o Projeto.

O FINANCIAMENTO

18) Como as famílias vão pagar essas moradias?

O pagamento será feito na forma de financiamento habitacional com prazo de pagamento



de até 25 anos e taxa de juros de 3% ao ano, limitada ao comprometimento de até 30% da renda familiar. As prestações poderão ser subsidiadas, de acordo com a situação socioeconômica de cada família.

19) Como serão tratados os casos em que as famílias não possuem condições financeiras para pagar o imóvel?

Quem não tiver renda suficiente para pagar pelo imóvel vai poder ser beneficiado com uma nova moradia através de um contrato de concessão de uso, até que alguém da família possa assumir o financiamento. Assim, a família poderá usar a casa, porém não será proprietária do imóvel.

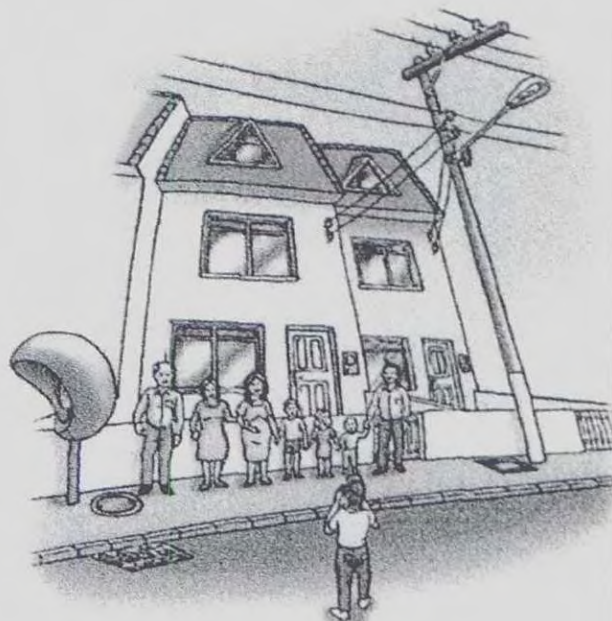
Em caso de desemprego, a cobrança das prestações mensais será suspensa e o pedido do morador, se as parcelas serão cobradas no final do contrato.

20) As famílias vão pagar pelo terreno?

Sim, e o valor de cada terreno corresponderá ao valor da avaliação feita por profissional especializado, baseada no valor de mercado e terá proporcional à área ocupada pelo imóvel.

21) O que estará incluído no financiamento?

No valor do financiamento estará incluído o valor do terreno, proporcional à área demarcada para cada família, e o valor da casa, quando forem reconstruídas ou melhoradas. As famílias não pagarão pela infra-estrutura urbana e social.



22) O que é subsídio e quem terá direito a ele?

O subsídio é um desconto no valor da prestação, que poderá ser de até 50%.

Ele será concedido às famílias que se enquadrarem dentro dos critérios de carência, estabelecidos pelo Conselho Municipal de Integração Social. Basicamente depende da renda da família e do número de filhos.

23) Quando as famílias começam a pagar o financiamento?

Depois de efetivarem acordo e assinarem os contratos de financiamento respeitado o período de carência de 4 meses.

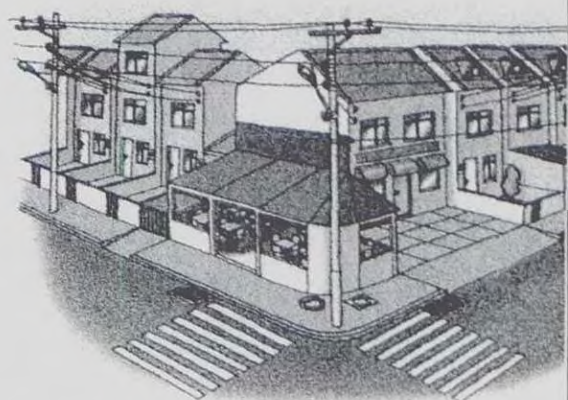
A CASA NOVA

24) Como é a casa nova? Que tipos de casas existem?

A proposta habitacional prevê um modelo básico de moradia, e outro diferenciado. O modelo básico é formado por uma unidade com dois pavimentos com 42,38m² de área e com possibilidade de aproveitamento do sótão. No andar térreo fica a sala conjugada com a cozinha e um banheiro. No andar superior ficam os dois dormitórios com acesso através de escada interna. A área de serviço fica no lado externo da casa nos fundos do lote e poderá ser coberta pelo próprio beneficiário, de acordo com a

orientação dos técnicos da Prefeitura.

Já o modelo diferenciado foi previsto para atender situações especiais, tais como: portadores de deficiência física, idosos, grande número de pessoas na família e comércio estabelecido. A forma dessas moradias também se diferencia conforme a situação, podendo chegar a uma área de até 63m².



25) O que pode ser feito para a ampliação da casa?

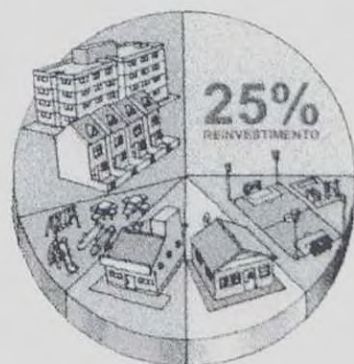
O sistema de construção das moradias permite a ampliação para cima em mais um andar, além da ampliação da área de serviço e varanda, que ficam por conta do morador.

26) Quando será fornecida a escritura do imóvel novo?

A escritura será fornecida Após o pagamento do valor correspondente ao total do financiamento, ou seja, a quitação do valor do contrato.

27) O que será feito com o dinheiro das prestações pagas pelos moradores?

Uma parte vai para o Fundo Municipal de Integração Social para ser investido em outras áreas necessitadas e uma parte (25%) retornará para ser reaplicada na própria área através de projetos de interesse da comunidade. A idéia é ter um recurso constante, pelo menos enquanto durar o financiamento, para ser aplicado na melhoria do projeto, na manutenção e aquisição de equipamentos.



28) Como as comunidades estão participando do projeto?

As comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória estão participando do Projeto através dos representantes das associações de moradores e lideranças comunitárias.

A participação dos moradores acontece nas reuniões e assembleias comunitárias, e nas comissões de moradores organizadas para acompanhar o desenvolvimento do Projeto: comissão de moradores organizados para acompanhar o desenvolvimento do Projeto; comissão de meio ambiente; comissão de planejamento das obras; comissão de meio ambiente; comissão de financiamento; comissão dos equipamentos comunitários; comissão para o gerenciamento e outras que se fizerem necessárias.

29) Quais as atividades de capacitação profissional e geração de renda que serão desenvolvidas nas comunidades?

Serão construídos e equipados galpões na comunidade Chico Mendes para o desenvolvimento de atividades de geração de renda, tais como:

- cursos na área da construção civil;
- cursos na área da alimentação;
- empreendedorismo-escrita na área de higiene e beleza;
- reciclagem de lixo;
- comércio de artesanato;
- prestação de serviços.

30) Que trabalho social será realizado junto às famílias nos abrigos provisórios?

As famílias serão acompanhadas pelas lideranças comunitárias e assistentes sociais no período em que estiverem nos abrigos, recebendo apoio na convivência social e comunitária e, no retorno às suas casas, em suas atividades.

31) Quais as atividades comunitárias que acontecem no prédio Chico

Mendes?

- educação infantil com creche para crianças de 03 a 06 anos;
- oficinas de esportes, cultura e lazer para crianças, jovens e adultos, tais como dança, teatro, capoeira, esportes, etc.
- trabalho socio-educativo com jovens, através do Projeto Agentes Jovens e Centro da Juventude;
- grupo de idosos;
- Biblioteca Comunitária para empréstimo de livros;
- trabalho com jovens e adultos de capacitação profissional e geração de renda e central de serviços;
- Projeto Frentes Temporárias de Trabalho na área do meio ambiente;
- atendimento à população através de plantão social, reuniões e outras atividades de interesse comunitário.

O prédio é seu! Ajude a preservá-lo.



Secretaria Municipal da
Habitação, Trabalho e
Desenvolvimento Social



PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORIANÓPOLIS

Parceiros



Programa Habitar Brasil/BID
**Subprograma de Desenvolvimento
Institucional de Municípios**
Financiamento: Governo Federal

Secretaria Especial de
Desenvolvimento Urbano da
Presidência da República

**GOVERNO
FEDERAL**
Trabalhando em todo o Brasil

ANEXO B

ANEXO C



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
Gerência de Geração de Renda e Trabalho

PROJETO

CENTRAL DE SERVIÇOS

PROJETO ELABORADO POR:

Adair Silveira
Alcione Desiré
Fátima Doriete
Ieda Maria Cândido

Apoio:
SENAI
SENAC
CEFETSC/FETESC
UNISUL

Florianópolis, julho de 2001.

I - APRESENTAÇÃO

A região Chico Mendes é considerada no município, a área que detém a maior concentração de famílias em situação de pobreza, precariedade de infra-estrutura urbana, incremento de problemas sociais e também com áreas de risco.

A situação de trabalho é preocupante e revela a inserção dos responsáveis no sistema informal, visto que predominam os serviços autônomos, não regularizados, provocando instabilidade e fragilizando a renda familiar. Existe uma diversidade de ocupação, o que indica a desqualificação profissional desta mão de obra. Destaca-se a baixa escolaridade e desqualificação profissional, desemprego, subemprego e baixo poder aquisitivo, deficiência alimentar e desnutrição, entre outros problemas de saúde. É preocupante a crescente marginalização de jovens e adultos, o incremento do uso e tráfico de drogas, o alcoolismo entre homens e mulheres, a deterioração nas relações familiares e a violência de toda ordem, em especial contra mulheres e crianças. A origem e procedência das famílias, bastante diversificada, denota a falta de identidade cultural e a dificuldade de participação e integração comunitária, predominando os interesses individuais em detrimento das ações coletivas.

O desemprego representa fator limitante ao pleno desenvolvimento da capacidade das pessoas de proverem suas necessidades básicas de alimentação, saúde e educação, contribuindo para o aumento das disparidades de renda e, mais grave, deterioriza o sentimento de auto-valorização das pessoas.

A complexidade dos problemas sociais nessa região, requer portanto, uma ação efetiva e eficaz do Poder Público, com implementação de políticas públicas e investimentos à nível comunitário que contemplem projetos de geração de emprego e renda com ações coletivas e de organização social, num trabalho intensivo e comprometido com as causas da população, sob pena de perpetuar a relação de dependência e paternalismo do poder público.

É prioritário que se invista nessa região com trabalhos de parcerias, que diminuam a fragmentação das ações e possibilitem a racionalização na aplicação dos recursos e maior resolutividade nas ações, na perspectiva de alterar significativamente o quadro de carências das famílias.

O Projeto Central de Serviços tem como proposta oferecer aos moradores em idade produtiva, alternativas de geração de renda, através de cursos de qualificação profissional e formação de um banco de emprego. Buscará o desenvolvimento da empregabilidade dos moradores, capacitando-os e treinando-os para inserção ao mercado de trabalho, através da qualificação da mão de obra, incentivo à formação de um núcleo de geração de renda na própria comunidade e sob a gestão coletiva e popular, com a finalidade de não só desenvolver o empreendedorismo individual e coletivo, mas também o desenvolvimento da dignidade humana e resgate da cidadania através do trabalho.

II- JUSTIFICATIVA

Considerando que:

- a região Chico Mendes detém a maior concentração de pessoas desempregadas ou subempregadas e com baixo poder aquisitivo;
- a grande maioria dos trabalhadores não possui qualificação profissional, levando-os ao mercado informal;
- o analfabetismo e a baixa escolaridade existente, limitam as possibilidades de ascensão profissional e o exercício pleno da cidadania;
- a grande demanda de mão-de-obra e a pouca oferta de empregos;
- pouca disponibilidade de mão-de-obra para pequenos serviços;
- o difícil acesso às informações sobre mercado de trabalho;

O mercado existe, justificando plenamente a implantação de um empreendimento dessa natureza para explorar esse segmento populacional.

III- OBJETIVO GERAL

Inserir a população desempregada e desqualificada profissionalmente em atividades produtivas e de geração de renda, articulando e subsidiando alternativas e programas de caráter individual e coletivo que lhes garantam acessibilidade e satisfação das necessidades básicas e consequente alteração do quadro de carências econômicas e sociais.

IV- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar alternativas de melhoria das condições de vida aos moradores da Região Chico Mendes(Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória), mediante programas de enfrentamento do desemprego, abrindo novas oportunidades de trabalho.
 - Fomentar a empregabilidade, orientando para o mercado de trabalho e desenvolvendo a consciência crítica dos direitos e deveres do trabalhador.
 - Oportunizar acesso à cursos de capacitação profissional, respeitando as potencialidades da população e a capacidade de absorção do mercado de trabalho local.
 - Estimular a organização da população para a participação em atividades produtivas de caráter individual e coletivo.
 - Ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda de acordo com a vocação produtiva da área e da população.

V- RESULTADOS ESPERADOS

- Absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho.
- Melhoria da renda familiar.
- Qualificação de trabalhadores informais.

VI – PÚBLICO ALVO

Desempregados e subempregados da Região Chico Mendes (Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória) que vivem no mundo informal do trabalho.

VII- RECURSOS

RECURSOS HUMANOS:

- 02 atendentes
- Equipe Técnica
- Assessoria Técnica

RECURSOS MATERIAIS:

- 01 sala para central de serviços
- 01 computador com mesa
- 01 impressora com mesa
- 01 aparelho de fax/telefone com mesa
- 01 linha telefônica
- 01 arquivo
- 01 armário
- 03 escrivaninhas
- 10 cadeiras
- material de expediente
- material de consumo para treinamento de mão-de-obra

VIII- OPERACIONALIZAÇÃO

O Projeto Central de Serviços consiste na criação de uma estrutura, em parceria com o Poder Público Municipal e a Comunidade com o intuito de intermediar os trabalhadores autônomos qualificados, que atuam por conta própria, e o cliente que necessite de prestação de serviços.

Com a implantação da Central de Serviços, busca-se o desenvolvimento sustentável e o auto-gerenciamento da comunidade, através de um centro de referência para contratação da mão-de-obra local, proporcionando o aumento de renda destes trabalhadores e conseqüentemente melhoria da qualidade de vida.

Para operacionalização deste Projeto serão seguidas as seguintes etapas:

Inicialmente serão feitas reuniões com os empreiteiros responsáveis pela obra local para buscar adesão ao projeto, bem como levantar as necessidades de mão-de-obra.

Paralelamente acontecerão reuniões com representantes comunitários da Região para apresentação do Projeto e indicação de seis pessoas da comunidade para formar um grupo responsável pelo gerenciamento da Central.

O grupo inicialmente receberá orientações pela equipe técnica do projeto CPP- Centro de Profissionalização Popular- para gerir a Central de Serviços e posteriormente assumir as atividades de forma autônoma.

Além do grupo de gerenciamento serão indicadas duas pessoas para execução operacional do Projeto, preferencialmente participantes do Projeto Agente Jovem da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Todo o processo de controle de cadastramento com os clientes e parceiros será executado por programa de computador (formulários em anexo) e para tanto, o SENAI será responsável pelo treinamento do grupo de gerenciamento e dos operadores para operarem tal programa.

Para o processo de recrutamento, será feita uma divulgação na comunidade convidando as pessoas interessadas a se cadastrarem na Central de Serviços.

Conforme a demanda dos interessados, será realizado uma avaliação para qualificar ou requalificar os prestadores de serviços.

A princípio a Central de Serviços prestará serviços na área de construção civil que serão contratados pelos empreiteiros da obra do Projeto HABITAR BRASIL BID.

Paralelamente serão cadastradas pessoas de outras áreas, tais como: jardineiro, diarista, faxineira, etc.

O sucesso do empreendimento não depende só da equipe técnica, da qualidade e agilidade de atendimento e execução dos serviços, mas também, de um processo de divulgação que o torne, ampla e rapidamente, conhecido do mercado.

Por esta razão, a divulgação da Central de Serviços será feita através de folders, panfletos e meios de comunicação para que a população tenha conhecimento e utilize os serviços da Central.

Os prestadores de serviços cadastrados na Central de Serviços, após a qualificação ou requalificação, não serão empregados, mas disponíveis para trabalhos temporários atuando como free lance e em processos de terceirização.

A Central de Serviços funcionará em sala própria localizada no Conjunto Habitacional Chico Mendes de Segunda à Sexta-feira, no horário das 8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas.

ANEXO D



Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
DR - SC - DEPARTAMENTO REGIONAL DE SANTA CATARINA

CEDEP

Centro de Educação e Desenvolvimento Empresarial

Central de Serviços CPP

Operações de Tela

Cadastro de Clientes	
Cadastro de Parceiros	
Cadastro de Ramos e Especialidades	
Ordem de Serviço - Geral	
OS Ativas	OS Arquivadas
Pesquisas	
Verificar Lembretes	
Protocolo de OS	

Operações de Impressora

Cadastro de Clientes
Cadastro de Parceiros
Índice de OS
Ordem de Serviço Geral
OS por Número/Ano
Relatório Financeiro
Orçamento



CEDEP

Elaborado por SENAI - CEDEP - Centro de Educação e Desenvolvimento Empresarial - 2001© - Responsável: Paulo Sérgio Rocha
Fone: (48) - 343-0111 - E-mail: saojose@senai-sc.ind.br

Guia Básico de Operação

Elaborado por SENAI - CEDEP - Centro de Educação e Desenvolvimento Empresarial - 2001© - Responsável: Paulo Sérgio Rocha
Fone: (48) - 343-0111 - E-mail: saojose@senai-sc.ind.br

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	3
2. CADASTRO DE CLIENTES	4
3. CADASTRO DE PARCEIROS	6
4. ORDEM DE SERVIÇO	7

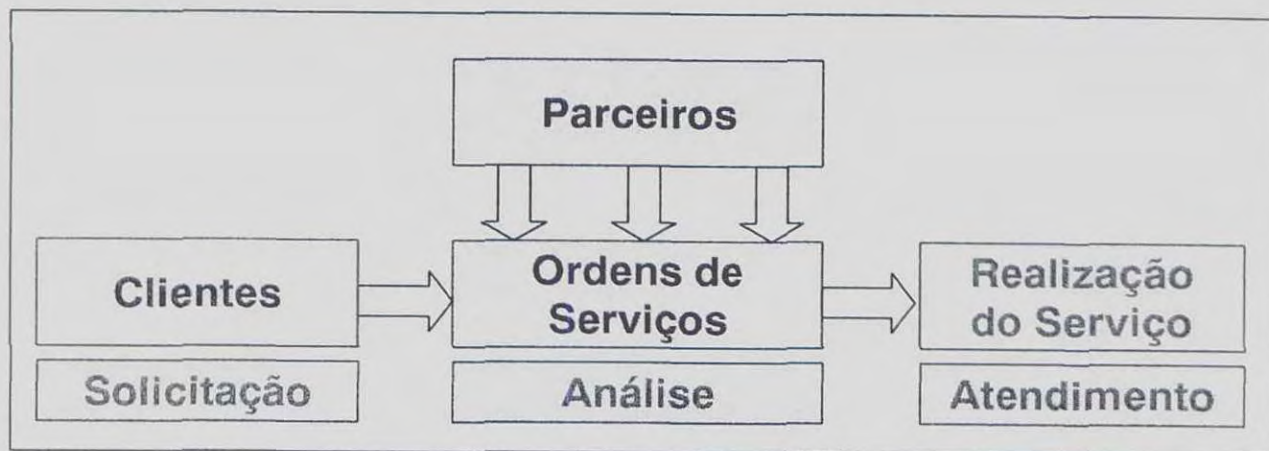
Índice de Figuras

Figura 1 - Cadastro de Clientes	4
Figura 2 - Navegação de Registros	4
Figura 3 - Cadastro de Clientes - Estatísticas	5
Figura 4 - Cadastro de Parceiros	6
Figura 5 - Ordem de Serviço	7

1. APRESENTAÇÃO

A Base de Dados em Access 97 (Microsoft ©) *Central de Serviços CPP* basicamente é composta por 03 itens principais:

- Clientes
- Parceiros
- Ordens de Serviços



Clientes, são os consumidores dos serviços.

Parceiros, são os profissionais cadastrados que podem vir a ser contratados para executar as Ordens de Serviço.

Ordens de Serviços são as formalizações/definições dos serviços a serem realizados.

Para que se possa montar uma Ordem de Serviço, é necessário que existam Parceiros cadastrados. Assim que um Cliente é cadastrado e solicita-se um serviço deve-se dar início a montagem da Ordem de Serviço.

Para isso, é necessário verificar se há um Parceiro disponível para o serviço que está sendo solicitado.

Desta maneira, os 03 cadastros principais interagem.

Assim, este guia pretende ilustrar como são feitos os cadastros de Clientes, parceiros e Ordens de Serviço e como é feito o controle das atividades.

Este guia foi elaborado para auxiliar na explicação do funcionamento do programa considerando que dúvidas e detalhes serão esclarecidos em treinamento com o programa em execução. Assim, nem todas as funções do programa serão cobertas neste guia e os detalhes serão explicados em sala de aula.

2. CADASTRO DE CLIENTES

Cadastro de Clientes Localizar 3 Localizar SENAI - CEDEP - Centro de Educação e Desenvolvimento

2 SENAI - CEDEP - Centro de Educação e Desenvolvimento Empresarial

CNPJ 33.543.564/0001 Inscrição Estadual Isento RG CPF

Endereço Observações Gerais Estatísticas

Rua, N BR 101, Km 211 Bairro Area Industrial

Complemento As margens da BR 101

Ponto de Referência Próximo a INTELBRAS

Cidade São José UF SC CEP 88104-800 E-mail saojose@senai-sc.ind.br

Telefone Principal (48) 343-0111

Telefones			Contatos			
DDD	Número	Tipo	Nome	Função	DDD	Telefone
48	343-0111	Fone/FAX	Valério Duarte	Diretor	48	343-0111
*			Paulo Sérgio Rocha	Técnico	48	9968-5258
*						

Figura 1 - Cadastro de Clientes

Quando aberta a tela de Cadastro de Clientes será mostrado o formulário acima. Neste formulário é possível navegar pelos clientes existentes, localizar cliente por código e por nome, bem como adicionar e excluir clientes.

Nesta tela são preenchidos e alterados, quando necessário, os dados dos clientes.

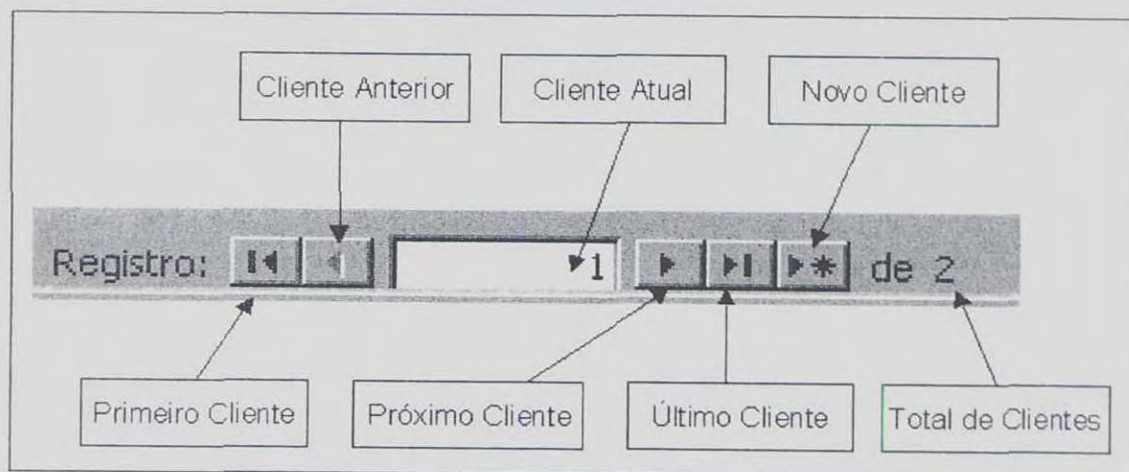


Figura 2 - Navegação de Registros

Na Figura 1 - Navegação de Registros estão ilustradas as opções de navegação da tela Cadastro de Clientes. Essas opções de navegação são opções padrão do programa Access e servem de referência para as outras telas também.

Na mesma tela de Cadastro de Clientes existem 03 seções diferentes: Endereço - Observações Gerais - Estatísticas. Essas opções podem ser acessadas clicando no seus nomes nas chamadas "Guias". A guia padrão é "Endereço". Esta é mostrada quando a tela Cadastro de Clientes é mostrada pela primeira vez. A guia "Observações" é um campo de texto livre para anotações sobre o cliente. A guia "Estatísticas" é mostrada abaixo:

OS ATIVAS			
2			

OS ARQUIVADAS			

<input type="checkbox"/>	Arquivado	N.º OS	0001/2001	Abrir
<input type="checkbox"/>	Arquivado	N.º OS	0003/2001	Abrir

Figura 3 - Cadastro de Clientes - Estatísticas

Na guia "Estatísticas" é possível verificar quantas ordens de serviços Ativas/Arquivadas existem para o cliente selecionado, e permite abrir as referidas ordens de serviço a partir da mesma tela. É um bom local para fazer o acompanhamento das pendências relativas aos clientes.

3. CADASTRO DE PARCEIROS

Cadastro de Parceiros				Localizar	Localizar	
3		Georgino da Silva				
CNPJ	Inscrição Estadual	RG	123.456.789	CPF		
Endereço - Ramo e Especialidade		Observações Gerais		Estatísticas		
Rua, N	Rua das Acacias, 123	Bairro	Rondonópolis			
Complemento						
Ponto de Referência	Próximo a Papelaria Burti					
Cidade	Florianópolis	UF	SC	CEP	88100000	
E-mail	gero@gino.com.br					
Telefone Principal		(48) 233-1212				
Telefones			Contatos			
DDD	Número	Tipo	Nome	Função	DDD	Telefone
Ramo de Atividade			Jardinagem			
Especialidade			Limpeza Geral			

Figura 4 - Cadastro de Parceiros

O Cadastro de Parceiros funciona de maneira muito similar ao Cadastro de Clientes, salvo algumas particularidades quanto aos dados coletados.

Também existe uma guia "Estatística" com as ordens de serviços atribuídas ao Parceiro. Aqui cabe uma observação quanto ao controle de Ordens de Serviço. Quando surge um serviço deve-se abrir uma Ordem de Serviço. Na ordem de serviço deve-se indicar um Parceiro. Para tanto, é necessário localizar um parceiro que seja apto a realizar o serviço solicitado. Quando for localizado um parceiro que se encaixe no perfil para o serviço, deve-se observar se o mesmo não está realizando algum serviço no período solicitado pelo novo cliente. Assim a guia "Estatística" nesse momento é fundamental para verificar a disponibilidade do parceiro.

4. ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço - ATIVAS							
Número da Ordem de Serviço	0001/2001	Atualizar					
Cliente	SENAI - CEDEP - Centro de Educação e Desenvolvimento Empresarial						
Dados de Entrada	Local do Serviço	Dados Cliente	Parceiros	Gerenciar OS	Financeiro	Resultado Financeiro	Orçamento
Início	09/07/01	Previsão de Término	09/08/01	Termino			
Descrição do Serviço							
Relizar serviços de Jardinagem.							

Figura 5 - Ordem de Serviço

A tela da Ordem de Serviços é composta por várias guias: Dados de Entrada - Local do Serviço - Dados do Cliente - Parceiros - Gerenciar OS - Financeiro - Resultado Financeiro - Orçamento.

Cada uma dessas funções será explicada individualmente em treinamento com o programa em execução.

As demais funções do programa, que são mais simples, também serão explicadas em aula, com o programa em execução.

ANEXO E

CENTRAL DE SERVIÇOS

CADASTRO DE PARCEIROS (profissionais da comunidade)





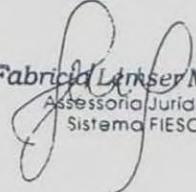

PROTOCOLO

NOME:		DATA NASC.:	
RG:		CPF	
ENDEREÇO:			
COMPLEMENTO:			
PONTO DE REFERÊNCIA:			
CIDADE:		UF	CEP
TELEFONE:		CONTATO:	
ESCOLARIDADE:			
PROFISSÃO:			
OCUPAÇÃO:			
CURSO DE QUALIFICAÇÃO: () SIM () NÃO			
ÁREA:		LOCAL:	
CERTIFICADO: () SIM () NÃO		TEMPO:	
INTERESSE EM CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: () SIM () NÃO			
ÁREA:			
DATA DO ATENDIMENTO:			
OBSERVAÇÕES:			

ANEXO F

2º Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Convênio nº 122/98 que entre si firmam Prefeitura Municipal de Florianópolis, Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, Fundação de Ensino Técnico de Santa Catarina, Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Universidade do Sul de Santa Catarina, visando a implantação e gerenciamento de **CENTROS DE PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR** em regiões de baixa renda do município de Florianópolis/SC.

Aos nove dias do mês de agosto de 2002, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, doravante denominada PMF, situada à Rua Conselheiro Mafra, 656, Centro, Florianópolis, CEP 88010-914, CNPJ nº 82.892.282/0001-43, neste ato representada pela Prefeita ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU e pela Secretária da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social MARIA EDUVIRGEM CARDOSO; o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, doravante denominado CEFET-SC, situado à Avenida Mauro Ramos, 950, Centro, Florianópolis, CEP 88.020-300, CNPJ nº 81.531.428/0001-62, neste ato representado pelo Diretor Geral JUAREZ PONTES; a Fundação de Ensino Técnico de Santa Catarina, doravante denominada FETESC, situada à Avenida Mauro Ramos, 950, Centro, Florianópolis, CEP 88.020-300, CNPJ nº 80.485.212/0001-45, neste ato representada pelo Diretor Executivo ÊNIO MIGUEL DE SOUZA; o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, doravante denominado SENAI-SC, situado à Rodovia Admar Gonzaga nº 1505, Itacorubi, Florianópolis, CNPJ nº 33.564.543/0020-53, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Regional do SENAI/SC, JOSÉ FERNANDO XAVIER FARACO e pelo Diretor Regional do SENAI, SERGIO ROBERTO ARRUDA; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Santa Catarina, doravante denominado SENAC-SC, situado à rua Felipe Schmidt, 785, 7º andar, Centro, Florianópolis, CEP 88.010-002, CNPJ nº 33.469.171/0042-36, neste ato representado pelo Diretor Regional RUDNEY RAULINO e a Universidade do Sul de Santa Catarina, doravante denominada UNISUL, situada à Avenida José Acácio Moreira, 787, Dehon, Tubarão, CEP 88.704-900, CNPJ nº 86.445.293/0001-36, neste ato representada pelo Magnífico Reitor GERSON LUIZ JONER DA SILVEIRA, objetivando implantar nas regiões de baixa renda do município de Florianópolis/SC CENTROS DE PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR - CPP, para capacitar adultos e adolescentes a obterem renda a partir de seu próprio trabalho e/ou empreendimentos produtivos, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, conforme as cláusulas e condições seguintes.






Fabricia Larissa Martins
Assessoria Jurídica
Sistema FIESC

1

CLÁUSULA I

As partes resolvem alterar e/ou incluir as seguintes Cláusulas do Convênio 122/98:

CLÁUSULA I – DO VALOR

O valor total do presente Convênio é de R\$ 34.404,12 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quatro reais e doze centavos) por ano, repassados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 2.867,01 (dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e um centavo), conforme item 2 da Cláusula IV.

CLÁUSULA II – DO REAJUSTE

O valor do presente Convênio poderá ser reajustado, quando se fizer necessário, na proporção de aumento salarial dos funcionários da FETESC e/ou para contratação de novos profissionais para o Projeto CPP, de acordo com as previsões orçamentárias da Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA III– DOS RECURSOS

Os recursos necessários ao atendimento ao presente Convênio são provenientes do Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, Projeto Atividade nº 2382, Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, para o exercício de 2002, e para os exercícios seguintes, através do Projeto Atividade equivalente, conforme orçamento vigente em 2003 e 2004. Declara, o ordenador de despesas deste Convênio, que o aumento de despesa está previsto na LOA, LDO e PPA.

CLÁUSULA IV – DAS OBRIGAÇÕES DA PMF

Caberá a **PMF**:



1. Coordenar o Projeto CPP.
2. Repassar os recursos à FETESC, necessários ao pagamento de profissionais do Projeto CPP.
3. Alocar o pessoal técnico necessário para exercer as funções previstas no Projeto CPP, assumindo integralmente os custos relativos a remuneração, encargos trabalhistas e diárias.
4. Garantir o custeio da manutenção de máquinas, equipamentos e instalações físicas dos programas desenvolvidos pelo Projeto CPP.
5. Fornecer material de consumo necessário ao desenvolvimento dos cursos e criação e organização de empreendimentos produtivos.

6. Propor ao Conselho Deliberativo, embasado em critério técnico, as regiões de baixa renda nas quais o Projeto CPP deverá atuar.
7. Articular-se com as Entidades Comunitárias para inscrever e selecionar os candidatos aos cursos oferecidos pelo Projeto CPP, bem como, para viabilizar a criação de empreendimentos produtivos.
8. Articular com a comunidade, visando otimizar os equipamentos comunitários existentes.
9. Viabilizar recursos para implantação, manutenção e efetividade das atividades previstas no Projeto.
10. Colaborar na viabilização de pontos de venda, feiras ou eventos, com vistas à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos produtivos do Projeto CPP.
11. Divulgar os cursos a serem oferecidos pelo Projeto CPP, bem como inscrever e selecionar os candidatos.
12. Orientar, cadastrar e encaminhar os egressos dos cursos ao mercado de trabalho.
13. Organizar programas para os cursos desenvolvidos pelo Projeto CPP, observando o perfil sócio-econômico da população alvo e o perfil do mercado de trabalho - necessidades e tendências.
14. Viabilizar alternativas de geração de renda, em parceria com as Entidades conveniadas, através de criação, organização e assessoria de empreendimentos produtivos, nas regiões de baixa renda.
15. Divulgar, através dos meios de comunicação, as ações desenvolvidas pelo Projeto CPP.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DO CEFET-SC

Caberá ao CEFET-SC:

1. Colaborar na busca de recursos para implantação, manutenção e efetividade das atividades previstas no Projeto CPP.
2. Colaborar na viabilização de pontos de venda, feiras ou eventos, com vistas à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos produtivos do Projeto CPP.
3. Organizar programas para os cursos desenvolvidos pelo Projeto CPP, observando o perfil sócio-econômico da população alvo e o perfil do mercado de trabalho - necessidades e tendências.
4. Divulgar, através dos meios de comunicação, as ações desenvolvidas pelo Projeto CPP.
5. Orientar os instrutores quanto à metodologia dos cursos, da sua competência, conforme o padrão de qualidade do CEFET-SC.
6. Colaborar na viabilização de implantação e implementação de empreendimentos produtivos nas regiões de baixa renda.



Fabricia Denise Martins
Assessoria Jurídica
Sistema FIESC



CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA FETESC

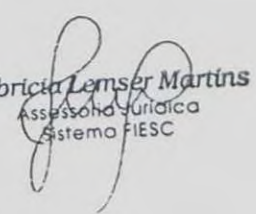
Caberá à **FETESC**:

1. Colaborar na busca de recursos para implantação, manutenção e efetividade das atividades previstas no Projeto CPP.
2. Colaborar na viabilização de pontos de venda, feiras ou eventos, com vistas à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos produtivos do Projeto CPP.
3. Organizar programas para os cursos desenvolvidos pelo Projeto CPP, observando o perfil sócio-econômico da população alvo e o perfil do mercado de trabalho - necessidades e tendências.
4. Divulgar, através dos meios de comunicação, as ações desenvolvidas pelo Projeto CPP.
5. Contratar os profissionais necessários para desenvolver atividades no Projeto CPP, mediante o pagamento de salários, encargos sociais, fundo de rescisão e taxa de administração, através de recursos financeiros repassados pela PMF, prestando contas anualmente a esta Entidade.
6. Orientar os instrutores quanto à metodologia dos cursos, da sua competência, conforme o padrão de qualidade do CEFET-SC.
7. Colaborar na viabilização de implantação e implementação de empreendimentos produtivos nas regiões de baixa renda.

CLÁUSULA VII- DAS OBRIGAÇÕES DO SENAI-SC

Caberá ao **SENAI-SC**:

1. Colaborar na busca de recursos para implantação, manutenção e efetividade das atividades previstas no Projeto CPP.
2. Colaborar na viabilização de pontos de venda, feiras ou eventos, com vistas à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos produtivos do Projeto CPP.
3. Organizar programas para os cursos desenvolvidos pelo Projeto CPP, observando o perfil sócio-econômico da população alvo e o perfil do mercado de trabalho - necessidades e tendências.
4. Divulgar, através dos meios de comunicação, as ações desenvolvidas pelo Projeto CPP.
5. Orientar e supervisionar os instrutores quanto às metodologias dos cursos, da sua competência, conforme padrão de qualidade SENAI.
6. Disponibilizar pessoal qualificado para instalação e manutenção elétrica dos equipamentos do Projeto CPP, assumindo integralmente os custos relativos a remuneração, encargos e diárias.
7. Promover orientação técnica para grupos de produção, associações e cooperativas, nas competências: automobilística, panificação e mecânica.


Fabricia Lemser Martins
Assessoria Jurídica
Sistema FIESC

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO SENAC-SC

Caberá ao **SENAC-SC**

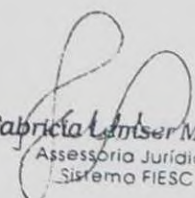
1. Colaborar na busca de recursos para implantação, manutenção e efetividade das atividades previstas no Projeto CPP.
2. Colaborar na viabilização de pontos de venda, feiras ou eventos, com vistas à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos produtivos do Projeto CPP.
3. Organizar programas para os cursos desenvolvidos pelo Projeto CPP, observando o perfil sócio-econômico da população alvo e o perfil do mercado de trabalho - necessidades e tendências.
4. Divulgar, através dos meios de comunicação, as ações desenvolvidas pelo Projeto CPP.
5. Recrutar e selecionar os instrutores dos cursos, de acordo com os critérios legais do SENAC.
6. Orientar e supervisionar os instrutores quanto à metodologia dos cursos da sua competência, conforme padrão de qualidade do SENAC.
7. Fornecer material didático aos alunos conforme necessidades de cada curso.
8. Colaborar na viabilização de feiras e/ou eventos, com vistas a comercialização do produto e valorização do contexto social, cultural, recreativo e de saúde das comunidades envolvidas.
9. Efetuar os encaminhamentos ao mercado de trabalho para os egressos dos cursos, que disponibilizarem cadastro como candidatos a emprego.
10. Prestar assessoria aos grupos de produção, associações e cooperativas, de acordo com as necessidades e respeitando-se as áreas de atuação do SENAC.

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DA UNISUL

Caberá à **UNISUL**

1. Colaborar na busca de recursos para implantação, manutenção e efetividade das atividades previstas no Projeto CPP.
2. Colaborar na viabilização de pontos de venda, feiras ou eventos, com vistas à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos produtivos do Projeto CPP.
3. Organizar programas para os cursos desenvolvidos pelo Projeto CPP, observando o perfil sócio-econômico da população alvo e o perfil do mercado de trabalho - necessidades e tendências.
4. Divulgar, através dos meios de comunicação, as ações desenvolvidas pelo Projeto CPP.
5. Articular-se com técnicos da PMF no gerenciamento de ações de qualificação e requalificação profissional, conferidas à Unisul para execução no município de Florianópolis.




Fabricia Lins Martins
Assessoria Jurídica
Sistema FIESC

5



6. Colaborar na viabilização de implantação e implementação de empreendimentos produtivos nas regiões de baixa renda.
7. Gestionar ações que ofereçam suporte de orientação técnica para grupos de produção, associações e cooperativas, a partir das competências específicas internas da Unisul.

CLÁUSULA II

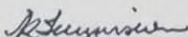
As Partes resolvem excluir a seguinte Cláusula do Convênio 122/98: DAS OBRIGAÇÕES DA UFSC, por esta Entidade pronunciar-se pela não renovação do Convênio.

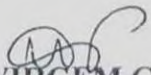
CLÁUSULA III


Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio 122/98

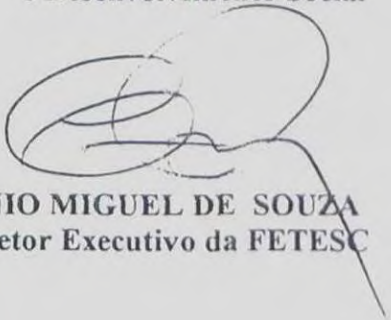
E por estarem justos e convencionado as Partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

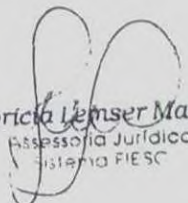
Florianópolis, 09 de agosto de 2002

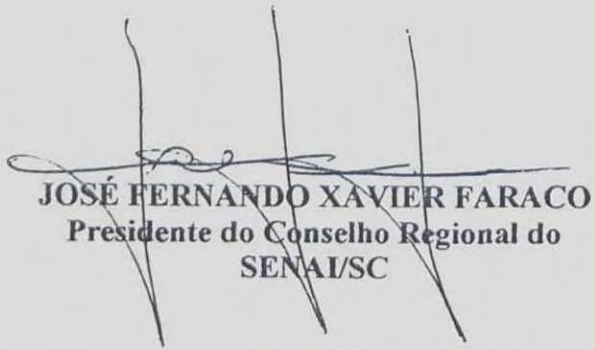

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
Prefeita Municipal de Florianópolis


MARIA EDUVIRGEM CARDOSO
Secr. Mun. da Habitação, Trabalho
e Desenvolvimento Social

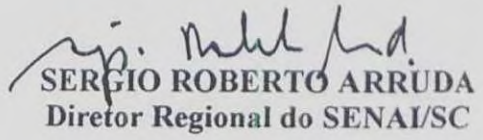

JUAREZ PONTES
Diretor Geral do CEFET/SC


ÊNIO MIGUEL DE SOUZA
Diretor Executivo da FETESC

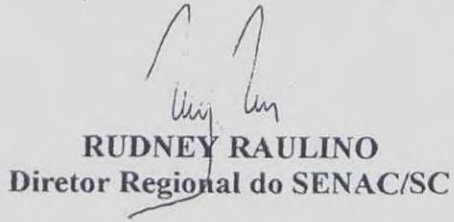

Fabricia Lense Martins
Assessoria Jurídica
Sistema FIESC



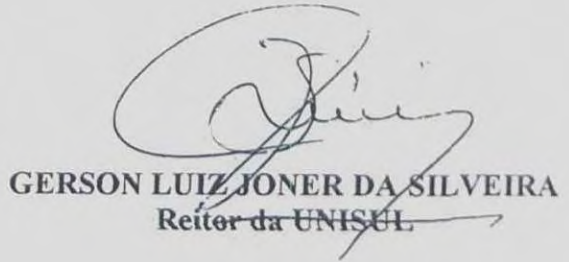
JOSÉ FERNANDO XAVIER FARACO
Presidente do Conselho Regional do
SENAI/SC




SERGIO ROBERTO ARRUDA
Diretor Regional do SENAI/SC



RUDNEY RAULINO
Diretor Regional do SENAC/SC



GERSON LUIZ JONER DA SILVEIRA
Reitor da UNISUL



Fabríola Leiser Martins
Assessoria Jurídica
Sistema FIESC



7



seu

ANEXO G

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
TÉCNICOS**

Gerência de Geração de Renda e Trabalho - SHTDS/PMF

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Função:

1. Quais foram as razões que indicaram a necessidade de elaboração do Projeto Central de Serviços para a Região Chico Mendes? Pôr que ele foi elaborado naquela ocasião? (Jul/2001)
2. Que tipo de informações vocês possuíam na ocasião da elaboração do Projeto Central de Serviços, com relação ao projeto de geração de renda que poderia ser desenvolvido em uma comunidade carente?
3. Você conhece a Região Chico Mendes? Considera o Projeto viável para a região? Por que?
4. Você tem sugestões com relação ao conteúdo (seus objetivos) do Projeto Central de Serviços? Quais?
5. O que você sabe sobre a forma como o Projeto está sendo desenvolvido atualmente? Qual é sua avaliação?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
PARCEIROS

Projeto Centros de Profissionalização Popular - CPP

IDENTIFICAÇÃO

Nome do representante:

Instituição:

Início da participação da instituição:

Início da participação do representante da instituição no Projeto:

1. O que você sabe sobre o Projeto Central de Serviços? Por que?
2. Você conhece a Região Chico Mendes? Considera viável a execução do projeto naquela região? Por que?
3. Por que sua instituição entrou neste Projeto?
4. Qual sua participação no projeto neste momento? O que você faz? Por que?
5. Você tem sugestões com relação ao conteúdo, objetivos, do Projeto Central de Serviços?
6. O que você sabe sobre a forma como o Projeto Central de Serviços está sendo desenvolvido atualmente? Qual a sua avaliação?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
USUÁRIOS
Projeto Central de Serviços

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Forma da participação no Projeto:

Data do curso:

1. Como você ficou sabendo sobre a existência da Central de Serviços?
2. O que você sabe sobre o Projeto Central de Serviços? O que pensa a respeito?
3. O que você acha que deve ser mantido no Projeto Central de Serviços? Por que?
4. O que você acha que pode ou deve ser modificado na Central de Serviços? Por que?
5. Qual sua avaliação quanto ao projeto? Quais suas sugestões?
6. Qual sua avaliação quanto ao curso que está fazendo no momento? Considera que o mesmo estará atendendo seus interesses? Quais são seus interesses?
7. O que te motivou a fazer o Curso de Serviços de Escritório?
8. O curso está lhe trazendo algum benefício? Qual? Porque?
9. Qual sua avaliação, quanto ao conteúdo do curso e a forma como vem ocorrendo?

ANEXO H



Foto 1 - Área externa Prédio Chico Mendes 16/12/2002



Foto 2 - Área externa Prédio Chico Mendes 16/12/2002



Foto 3 - Área interna Prédio Chico Mendes 16/12/2002



Foto 4 - Área interna Prédio Chico Mendes 16/12/2002



Foto 5 - Unidades habitacionais do Projeto Chico Mendes 16/12/2002



Foto 6 - Família que ainda vai ser beneficiada com Projeto Habitacional 16/12/2002



Foto 7 - Habitações em área de risco 16/12/2002



Foto 8 - Sala Central de Serviços



Foto 9 - Início curso SENAC 04/11/2002



Foto 10 - Encerramento curso SENAC 19/12/2002